



OTOC
ORDEM DOS TÉCNICOS
OFICIAIS DE CONTAS

Relatório e Contas 2010



APRESENTAÇÃO

Prestar contas é o acto de relatar aos interessados, directos e indirectos, a actividade da Instituição no decurso de um período de tempo de 365/6 dias (um ano civil).

Para além de uma obrigação legal e moral, trata-se de um acto de grande nobreza, pois é através dele que avaliamos e justificamos o dia-a-dia da Instituição nas suas diversas componentes e dimensões, desde a materialização dos objectivos traçados, até à justificação dos desvios verificados ou do incumprimento do que se idealizou no Plano de Actividades para o ano em relato.

O exercício de detalhar a actividade da Ordem comporta estados de espírito de satisfação do dever cumprido, particularmente na realização dos actos e acções previamente programados ou da capacidade do seu reajustamento à realidade diária objectiva, mas também um sentimento de humildade no reconhecimento que não se conseguiu prever com rigor todas as tarefas de gestão devido a conjunto muito significativo de dificuldades específicas da profissão. Em último caso, admite-se mesmo a impossibilidade, parcial ou total, de materializar alguns dos objectivos e acções previamente traçados no Plano de Actividades.

A contingência associada a estes documentos acarreta, na análise que deles se faz, uma componente muito significativa de necessidade de readaptação dos actos e acções à evolução dos factos e das situações a que se aplicam.

Na verdade, como documentos previsionais que são, porque procuram antever o futuro, não podem nem devem ser concebidos numa lógica de inflexibilidade, mas antes como caminhos e orientações que nos conduzam aos fins pretendidos, readaptando-se ou ajustando-se às necessidades mais prementes que a

profissão venha a experimentar ou tenha que objectivamente responder.

Naturalmente que em períodos de crise as dificuldades, independentemente da sua dimensão, tendem a avolumar-se e, de certa maneira, acabam por limitar ou condicionar as linhas orientadoras inicialmente gizadas.

A especificidade da nossa profissão, particularmente no que concerne a uma nova visão do seu exercício assente em critérios e valores qualitativos, a necessidade de estruturarmos os nossos comportamentos, não só no interior da profissão, mas também no seu relacionamento com a sociedade em geral, são valores perenes em que terá que assentar qualquer profissão, mas onde a dificuldade de implementação é bem mais acentuada em períodos de crise e turbulência.

Não obstante as dificuldades de todos conhecidas, a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, atenta a nova realidade emergente do Estatuto, tem assegurado a sua função no sentido de continuar a cumprir com a nobre e digna missão de construir uma profissão melhor para todos os TOC.

Os nossos actos, a nossa acção, as nossas atitudes e posições têm que ter um rumo, uma meta, um objectivo, congregando-se e amalgamando-se numa osmose que se traduz no resultado final alcançado.

Por isso, todas as acções desenvolvidas em 2010 decorreram e estiveram subordinadas à lógica seguinte:

ESTRATÉGIA GLOBAL DE ACÇÃO

Hoje, mais do que nunca, não só em Portugal, mas também noutros países, com especial relevo para os que integram a União Europeia, a profissão de contabilista confronta-se com realidades completamente diferentes de há alguns anos a esta parte, criando-lhe novas e mais exigentes realidades que os profissio-

nais e as instituições reguladoras têm que saber compreender, recriar e orientar num caminho novo, mais promissor.

Desde logo, o enorme desafio de proximidade que estes profissionais têm que passar a ter com os centros de decisão das empresas, disponibilizando e interpretando no contexto empresarial a informação contabilística por eles construída.

Depois a necessária sensibilidade e conhecimentos para converter a informação contabilística num suporte e alavanca que sustente e dinamize o crescimento das empresas, convertendo a visão social do “mangas de alpaca” em mais-valias activas de acompanhamento e aconselhamento das empresas portuguesas, com especial relevo para as de micro, pequena e média dimensão.

Aquele universo empresarial e o espírito aventureiro que lhe está associado, acaba por oferecer matéria-prima inesgotável de intervenção destes profissionais, possibilitando a reconversão positiva de um custo sofrível, para um custo justificado e

imprescindível na vida das nossas empresas.

Em substância, toda a acção da Ordem tem sido orientada no sentido dos profissionais se constituírem em mais-valias nas empresas e não se reduzirem à insignificante expressão de receber, arquivar, classificar e lançar os documentos de suporte contabilístico.

A reconversão dos profissionais em criadores de valor junto das empresas não é um produto acabado ou até mesmo que se tenha a pretensão de resolver de um dia para o outro.

É um objectivo que entronca com muitas outras e bem complexas realidades. Desde logo, a predisposição mental dos profissionais para aceitarem este novo desafio bem mais exigente do que o tradicional desempenho.

Depois, a necessária reestruturação dos conhecimentos profissionais, concebidos numa estrutura base (académica), bem mais polivalente do que a que nos é familiar e num esforço contínuo de formação que os profissionais não podem recusar.

Conforme se depreende, alcançar e construir o novo



perfil do profissional, é matéria bem mais complexa do que por vezes somos tentados a conceber, pois, muitas vezes, este desiderato não depende só da sua própria vontade, mas sim de toda uma cadeia de factos que lhe são exógenos e que por vezes escapam ao seu controle ou influência.

Não obstante o descrito, é nossa convicção que o caminho seguro e consolidado para a profissão é o que temos vindo a construir e mesmo tendo a consciência que ele é árduo e de prolongada implementação, pois caso não a reorientemos numa atitude activa e construtiva junto das empresas, estaremos condenados a curto prazo à infeliz e insignificante “sina” de termos nascido “guarda-livros” e a morrermos como “guarda-computadores”.

Esse é o desafio que aceitamos construir ao longo do tempo, essa é a profissão que pretendemos legar aos nossos jovens de hoje, futuros Técnicos Oficiais de Contas de amanhã, essa é também, a nossa contribuição histórica na construção de uma profissão que, estamos convictos, desempenhará um papel cada vez mais importante na dinâmica e consolidação da economia empresarial e nacional.

Para a construção daquele objectivo contamos com a seguinte organização:

BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ORDEM

A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, assim designada pelo decreto-lei n.º 310/2009, de 26 de Outubro, para além da alteração da denominação de Câmara para Ordem, procedeu a uma profunda alteração do seu Estatuto (EOTOC).

As suas funções e objectivos encontram-se definidos no artigo 3.º daquele Estatuto, relevando particularmente a missão de regular e disciplinar o exercício da profissão de Técnico Oficial de Contas, missão que confere amplos poderes à Instituição, dentro dos parâmetros nele definidos e nos que, por efeito de omissão, competirá aos órgãos competentes definir e executar.

O reconhecimento do interesse público à profissão, no desempenho das funções que por lei são delegadas

aos profissionais, confere-lhe um poder de autoridade, só possível no desempenho de missões de interesse público. A estrutura orgânica concebida para o desempenho da sua função encontra-se definida no respectivo Estatuto, sendo:

a) **Assembleia Geral:** é o órgão a quem compete o poder deliberativo sobre as questões mais relevantes da Instituição, sendo ela constituída por todos os profissionais no pleno gozo dos seus direitos, o que lhe confere uma representatividade democrática e, por essa via, a participação dos membros nas decisões da instituição.

Constituição	
Presidente	Manuel dos Santos
Vice-presidente	Rui Rio
Secretário	António Carvalho Martins
Secretária	Maria Leonor Fernandes Ferreira da Silva

Para além dos membros efectivos, tem ainda dois suplentes.

b) **Bastonário:** é uma figura orgânica emergente da recente alteração do Estatuto e é a face mais visível da Instituição, competindo-lhe, para além das funções de representatividade, gerir os serviços da Ordem, presidir ao Conselho Superior e ao Conselho Directivo, dirigir as revistas e, de uma forma geral, proceder à gestão da Ordem, executando as deliberações do Conselho Directivo.

O primeiro Bastonário eleito é António Domingues de Azevedo.

c) **Conselho Superior:** é um órgão consultivo do Bastonário e do Conselho Directivo, tendo como fundamental função, ser o garante que o rumo traçado para a Instituição é o consentâneo com o que se encontra definido nos planos da acção de longo ou curto prazo. É uma espécie de “guardião” da profissão que, pela experiência, saber e conhecimento, garante que os caminhos por ela trilhados são os mais adequados às suas necessidades de consolidação e desenvolvimento.

Constituição

Presidente	Bastonário, por inerência de funções
Vogal	Vice-presidente do Conselho Directivo, por inerência de funções
Rep. do Norte	José Alberto Pinheiro Pinto
Rep. do Centro	José das Neves Raimundo
Rep. do Sul	António Nabo
Rep. da Madeira	Carlos Pinto
Rep. dos Açores	Fernando Andrade
Elemento cooptado	António José Alves da Silva
“	João Lopes Ribeiro
“	Avelino Antão
“	Leonel Pontes

d) **Conselho Directivo:** é o órgão que define, por excelência, as estratégias e a acção institucional, competindo-lhe deliberar sobre um vasto e complexo campo de matérias, sendo a execução das deliberações tomadas da competência do Bastonário.

Constituição

Presidente	Bastonário, por inerência de funções
Vice-Presidente	Armando Pereira Marques
Vogal	Jaime Soares dos Santos
Vogal	Filomena Felgueiras Moreira
Vogal	Manuel Vieira
Vogal	Ezequiel Fernandes
Vogal	Rita Cordeiro

Para além dos membros efectivos, o Conselho Directivo tem ainda quatro suplentes.

e) **Conselho Fiscal:** é o órgão de fiscalização da Instituição, competindo-lhe as funções definidas no Estatuto, sendo-lhe primordialmente atribuídas as funções de fiscalização do cumprimento das metas definidas no Plano de Actividades e Orçamento:

Constituição

Presidente	Joaquim Cunha Guimarães
Vogal	António Cerqueira
Vogal	Tomás dos Santos

Para além dos membros efectivos, o Conselho Fiscal tem ainda dois suplentes;

f) **Conselho Disciplinar.** é o órgão que tem sob a sua responsabilidade o desempenho da função disciplinar da profissão. A sua acção revela-se de fundamental importância, não só na implementação de valores éticos e deontológicos no exercício profissional, mas também no estabelecimento de regras de bom comportamento no relacionamento entre os profissionais.

Constituição

Presidente	António Pereira Silvão
Vogal	Alberto Braz
Vogal	José Prodêncio

Para além dos efectivos, o Conselho Disciplinar, tem ainda dois suplentes.

Na sequência da alteração estatutária, as sociedades comerciais de contabilidade têm que obrigatoriamente comunicar à Ordem a identificação do profissional (TOC) que é definido como responsável técnico da empresa, assumindo perante a Instituição a responsabilidade pelo cumprimento das normas estatutárias e deontológicas estabelecidas para o exercício da profissão.

As sociedades profissionais de técnicos oficiais de contas, elementos importantes de complementaridade profissional, são pela primeira vez consagradas no Estatuto, estabelecendo-se a obrigatoriedade da sua inscrição na Ordem.

Aspecto relevante é a definição das funções desempenhadas pelos profissionais, bem como alguns conceitos que lhe são inerentes e que se encontram plasmados no art.º 6.º do Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Para além de uma clarificação mais rigorosa, das responsabilidades dos profissionais, consagra-se um campo mais vasto da sua actuação, nomeadamente no que se refere ao acto declarativo para a Segurança Social, abrindo-se novas portas de oportunidades para a profissão, bem como a introdução do direito de representatividade dos seus clientes junto dos serviços da administração fiscal, no procedimento gracioso tributário.

A Ordem possui 13 representações em diversos distritos do Continente e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, procurando cobrir os pontos do país onde existe maior concentração de profissionais, encontrando-se sedeadas nas cidades de Aveiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Funchal, Leiria, Ponta Delgada, Porto, Santarém, Setubal, Vila Real e Viseu. Das mencionadas 13 representações, 12 são propriedade da Ordem, apenas sendo arrendada a representação de Ponta Delgada.

Em termos de património imobiliário, para além daquelas representações permanentes, a Ordem é ainda titular da sua primeira sede, sedeadada no n.º 58 da Avenida 24 de Julho, e da sede onde desenvolve a sua actividade, esta com a área global de cerca de 6 700 metros quadrados, localizada na Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45, ambas na cidade de Lisboa.

Organização funcional

A Ordem, na execução da função que por lei lhe está cometida, estruturou a sua organização em departamentos e serviços, conforme a sua dimensão ou o desempenho.

Para aquele efeito conta com os seguintes departamentos:

- Apoio aos Órgãos;
- Comunicação e Imagem;
- Consultoria;
- Funcionamento;
- Jurídico;
- Sistemas de Informação.

Conta ainda com os serviços de:

- Contabilidade;
- Tesouraria;
- Recepção e Expedição de Correio.

Existem ainda três assessores do Bastonário, sendo um para a área jurídica que é desempenhado por Amândio Silva, outro para a área técnica que é desempenhado por Paula Franco e um outro para a área da educação, que é desempenhado por Nelson Ferreira.

Os departamentos e serviços desempenham as seguintes funções:

Apoio aos Órgãos

Este departamento funciona na dependência directa do Bastonário e tem como principal missão prestar assistência aos órgãos, assegurar o funcionamento das representações permanentes, prestar apoio administrativo ao Bastonário e executar as acções necessárias de apoio logístico às deslocações do Bastonário e dos restantes órgãos. Tem ao seu serviço 27 colaboradores e, em 2010, apresentou os seguintes elementos de funcionalidade:

- Secretariado ao Bastonário;
- Tratamento da agenda do Bastonário;
- Recepção e tratamento da correspondência do Bastonário;
- Tratamento da correspondência expedida pelo Bastonário: (art.º 58.º - 104; art.º 54.º - 606; peritos e emprego – 274; Controlo de Qualidade 507; entidades equiparadas, art.os 11.º e 12.º do RAC – 357; entidades formadoras, art.º 8.º do RAC – 29; Fundo de Solidariedade Social, novos e renovações, - 16; Pensões, BES e Seguro de Saúde – 188; diversos – 516; Protocolos entregues – 84)
- Redacção das actas das reuniões do Conselho Directivo (5, até Março e entre 16 de Março e 13 de Dezembro, realizaram-se 34), do Conselho Superior (3), dos presidentes dos Colégios de Especialidade (9);
- Secretariado ao presidente da Mesa da Assembleia Geral;
- Tratamento da correspondência;
- Redacção das actas das Assembleias Gerais (3) e das actas das reuniões dos Órgãos da OTOC (5);
- Secretariado ao Conselho Directivo;
- Tratamento de toda a correspondência remetida para o Conselho Directivo (3 246);
- Tratamento da correspondência despachada pelo Conselho Directivo (9 643)
- Notas internas do Conselho Directivo para os diversos Departamentos e Órgãos da OTOC (85);
- Correspondência despachada: para o Departa-

mento Jurídico – 7 252; para o Departamento Técnico – 145; para o Departamento de Funcionamento – 958; para o Conselho Disciplinar – 381; para a Comissão do Controlo de Qualidade – 393 e para os Assessores do Bastonário – 514;

- Fotocópias (48 000)
- Secretariado ao Júri de Exame (4 actas e organização de 3 exames, num total de 2 579 candidatos, com 4 109 provas e a tiragem de 91 471 fotocópias);
- Secretariado ao Gabinete de Estudos da OTOC (11 actas);
- Secretariado à Comissão do Controlo de Qualidade (20 actas; 447 processos concluídos e 250 processo em curso e sorteados com processo para decorrer em 2011, 748 e emitidas 118 notas internas);
- Secretariado à Comissão da Formação à Distância;
- Secretariado à Comissão de Inscrição (até Março de 2010 – 12 actas e 13 notas internas, correspondência tratada - 1 024);
- Secretariado ao Conselho Técnico (até Março de 2010 – 4 actas e 9 memorandos, correspondência tratada - 361);
- Secretariado à Comissão eventual de Acompanhamento e Verificação da Formação Equiparada (4 actas, efectuadas 8 visitas, emitidas 2 notas internas);
- Secretariado à Comissão Eventual de Análise, Verificação e Renovação dos Protocolos de Dispensa de Estágio em 2010 (6 actas, 44 visitas efectuadas, emitidos 5 Notas internas);
- Conselho Fiscal, recebidas por *e-mail* V/CF – 64;
- Secretariado à revista «Contabilidade e Gestão» (tratados 19 artigos);
- Secretariado à Comissão da História da Contabilidade.
- Outras acções:

Contactos com as organizações estrangeiras congéneres, preparação das inscrições e deslocações para congressos/reuniões: IFAC, em Kuala Lumpur (Novembro); EFAA, em Bruxelas (Janeiro) e Londres (Maio); FEE, em Veneza (Abril); Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade em Outubro (Florianópolis); CILEA, em Buenos Aires (Março), na Bolívia (Agosto) e em Mar-

selha (Dezembro).

- Promoção e organização de eventos da responsabilidade do Conselho Directivo – Tomada de Posse dos novos Órgãos; cerimónias de acolhimento aos novos TOC; lançamento de livros na sede; conferência do Gabinete de Estudos; Encontro de História da Contabilidade; lançamento do Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade; VIII Encontro Nacional dos TOC; Jantar de Natal;
- Organização e marcação de viagens e estadias dos membros dos órgãos da OTOC, dos colaboradores, do departamento jurídico, departamento técnico e assessores do Bastonário;
- Economato (compras, registo, acomodação, recepção dos pedidos e distribuição);
- Biblioteca (entrada e registo de 290 livros);
- Representações da Ordem:

	Presenças	Correio	Ap. Jurídico
Aveiro	681	211	93
Braga	884	348	63
C. Branco	185	145	---
Coimbra	765	189	---
Faro	476	257	---
Funchal	303	148	---
Leiria	505	273	---
Ponta Delgada	229	45	---
Porto	1 100	101	104
Santarém	281	131	---
Setúbal	256	280	---
Vila Real	313	213	---
Viseu	499	208	---

Sede da OTOC:

- Na central telefónica foram atendidas 64 718 chamadas;
- Na recepção foram atendidas 6 205 pessoas;
- Registo de entradas, incluindo participantes em acções de formação, 24 896;
- Na «Pasta TOC» geral foram respondidas 2 411 questões e no Controlo de Qualidade 1 164;
- Foram elaboradas e expedidas 8 857 cartas.



Comunicação e Imagem

Este departamento funciona sob a responsabilidade do Bastonário e tem como missão orientar e executar as acções de divulgação da Ordem, bem como coordenar as diversas participações na imprensa, rádio e televisão.

Tem sob a sua responsabilidade a edição das revistas da Ordem, o grafismo e apresentação das diversas publicações que a Instituição leva a efeito, inclusive as revistas publicadas.

Integra-se também na sua funcionalidade, embora sob a orientação e responsabilidade dos respectivos técnicos, a edição e actualização da base de dados «SITOC» da Ordem, bem como a orientação da comunicação da formação à distância.

Tem ao seu serviço três técnicos de comunicação, um designer, dois técnicos e um administrativo.

No decurso de 2010 apresentou os seguintes elementos de funcionalidade:

- Assessoria de imprensa ao Bastonário
- Coordenação e edição de todas as publicações editadas pela Ordem: «Revista TOC», «Contabilidade e Gestão», «Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses», manuais e brochuras de apoio a seminários

e conferências;

- Edição e manutenção de conteúdos no *site*; gestão das ferramentas relacionadas com as redes sociais: *Facebook*, *YouTube*, *Twitter* e *Flickr*; *Newsletter* OTOC aos membros;
- Coordenação das gravações dos cursos de formação à distância;
- Participação da Ordem nos espaços de opinião dos diversos jornais, «SIC-Notícias» e «TSF»;
- Difusão de informações/comunicados à imprensa
- Elaboração de diversa documentação e cobertura de todas as conferências/seminários da OTOC;
- Produção do CD-ROM;
- Organização e coordenação das conferências com a «TSF» e «Diário Económico»;
- Organização e coordenação de todas as conferências da Ordem, cerimónia de acolhimento aos novos membros e Encontro Nacional dos TOC;
- Coordenação, edição e actualização do tempo de antena e do vídeo institucional da Ordem;
- Grafismo e paginação dos manuais de formação;
- *Design* gráfico de todos os materiais de comunicação;
- Gestão do envio de comunicações aos membros

Em 2010 foram publicados 12 números da «Revista TOC» e um da «Contabilidade e Gestão».

Em 2010 elaborou-se, diariamente, uma revista de imprensa, distribuída por *e-mail* aos colaboradores. Manteve-se os «Recortes OTOC» e de imprensa, com periodicidade semanal, disponibilizados aos membros («Pasta TOC») e aos colaboradores.

Foi também enviada a *newsletter* OTOC a todos os colaboradores da Instituição.

Um dos grandes objectivo deste departamento, para além do cumprimento das tarefas delineadas, foi também o de sedimentar a presença da OTOC nos *media*, em geral.

Nesse âmbito, a Ordem continuou a colaborar, semanalmente com: «Vida Económica», «Jornal de Negócios», «SIC-Notícias», «TSF» e «Diário de Notícias da Madeira».

Também em 2010 iniciou-se no «Diário Económico» uma coluna quinzenal de opinião da autoria do Bastonário.

Na área da comunicação externa, a OTOC aprofundou a parceria firmada com a «TSF», mantendo o programa diário «Conselho Fiscal», emitido durante a semana, de manhã e à tarde.

A Ordem manteve uma presença assídua nos órgãos de comunicação social, tendo crescido a visibilidade da Instituição e da profissão, introduzindo-se maior credibilidade pública.

A OTOC foi solicitada pelos *media* com maior frequência face ao ano anterior.

O Bastonário foi convidado a pronunciar-se com maior assiduidade sobre temas de actualidade relacionados com a Fiscalidade e a Contabilidade.

A grande preocupação foi manter e melhorar a presença e imagem institucional da OTOC no exterior, por um lado e dar, por outro, aos TOC a melhor informação (actualizada) possível.

Pelas características de que se reveste o funcionamento do DCI, não se pode aferir apenas uma leitura através dos números.

Principais tarefas desenvolvidas em 2010, tendo sempre em consideração a prossecução de uma política

de comunicação eficiente, dinâmica e apoiada nas ferramentas disponibilizadas pelas novas tecnologias.

Referências à OTOC nos órgãos de Comunicação Social:

1.º semestre de 2010

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun
Imprensa	73	75	75	76	116	50
Televisão	13	12	37	2	45	13
Rádio	11	2	16	36	19	16

2.º semestre de 2010

	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Imprensa	42	74	23	39	34	49
Televisão	38	0	3	2	3	4
Rádio	8	0	1	11	2	1

A OTOC foi mencionada 1 021 vezes em 2010 na comunicação social, atendendo a que nas rádios e televisões as declarações são transmitidas mais do que uma vez, nomeadamente nos canais de informação contínua.

Livros editados/ apresentados pela Ordem

Contabilidade das TIC: despesas de ID, activos intangíveis e reconhecimento de réditos	
SNC: Sistema de Normalização Contabilística - Casos práticos	
A adopção pela primeira vez do novo normativo (SNC) – 2 Volumes	
SNC – Sistema de Normalização Contabilística	
SNC – Teoria e Prática	
VI Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses	
Guia Fiscal – N.º 2	
SNC e as PME – Casos práticos	
Gestão Financeira – Análises de Investimentos	
SNC – Casos Práticos e Exercícios Resolvidos	
Elementos da Contabilidade Geral (25.ª Edição)	
SNC – Contabilidade Financeira	
Estatuto da OTOC	
Total	14

Intervenções no *site*:

A página oficial da Ordem na internet continua a ser uma das prioridades no âmbito da estratégia de comunicação entre a Instituição e os membros. A actualização diária de notícias de carácter técnico e legislativo é uma das funções que cabe ao DCI. Como

não podia deixar de ser, este departamento procede à inserção das notícias publicadas na imprensa sobre a OTOC ou envolvendo responsáveis do Conselho Directivo ou colaboradores da Instituição.

Assim, foram inseridas, ao longo do ano, um total de 692 notícias, distribuindo-se pelos seguintes itens:

OTOC nos *media*: 237

Comunicados: 124

Opinião: 111

Revista de imprensa: 220

Consultoria

Este departamento tem como missão elaborar as respostas às questões técnicas colocadas pelos membros, prestar assistência técnica ao Conselho Disciplinar em matérias relacionadas com o exercício da profissão, elaborar textos de cariz técnico para os meios de comunicação social e assegurar, em caso de necessidade, a execução de acções de formação para os profissionais. Funciona sob a orientação do vice-presidente, Armando Marques, tem ao seu serviço 17 técnicos superiores e 2 técnicos administrativos. Em 2010 apresentou os seguintes elementos de funcionalidade:

- Atendimento presencial

Foram efectuados 518 atendimentos nas instalações da Ordem, sendo o mês de Março o que registou mais membros atendidos presencialmente, 75.

- Atendimento telefónico

Foram atendidos 19 928 telefonemas de carácter técnico, sendo o valor médio registado por mês de 1 660 telefonemas. É de referir um aumento de 9,43 por cento em relação ao número de atendimentos telefónicos de 2009.

O mês que registou uma maior solicitação a este departamento, em questões colocadas por telefone, foi o de Março, com 2 487 telefonemas.

- Questões escritas

Durante o ano em análise foram efectuados a este departamento 8 462 pedidos de pareceres escritos, representando este número um acréscimo de 4,15 por cento relativamente ao ano transacto, em que o número destes pedidos foi de 8 125. Porém, dos

8 462 pedidos formulados, 706 foram anulados por diversos motivos (questões fora do âmbito do consultório, a pedido do TOC, duplicação e pedidos de resposta). Os técnicos internos emitiram 5 879 pareceres de resposta a esses pedidos e àqueles que transitaram de 2009, representando 79 por cento do total de respostas. Os consultores externos asseguraram 1 569 respostas.

O total de pareceres emitidos durante 2010 totalizou 7 448, o que comparando com o ano de 2009, em que foram emitidos 7 290 pareceres, significa um acréscimo do número de respostas de 2,17 por cento.

No fim de 2010 estavam por responder apenas 308 pedidos de parecer, sendo que destes, dez pertenciam a consultores externos.

- Artigos e crónicas em meios de comunicação social
Foram elaborados pelos técnicos deste departamento 160 artigos, dos quais 34 para o «Jornal de Negócios», 24 para a «Vida Económica», e ainda 102 crónicas referentes à «TSF».

Estes artigos foram elaborados no âmbito de uma colaboração semanal com o «Jornal de Negócios» e quinzenal com a «Vida Económica». As crónicas na TSF, designadas “Conselho Fiscal”, são transmitidas nos dias úteis.

Funcionamento

Este departamento funciona sob a orientação das directoras Filomena Moreira e Rita Cordeiro, tendo como missão assegurar a funcionalidade, isto é, uma espécie de secretaria-geral, onde são entregues e analisados os processos de inscrição, emite e regista os recibos enviados aos membros, quer de quotas, quer relacionados com a participação nos eventos organizados pela Ordem, regista os créditos da formação equiparada e todas as funções de carácter geral inerentes à Ordem. Em Lisboa, dado não haver representação permanente, assegura o apoio às reuniões livres e a todas as acções de formação e eventos aí realizados.

Tem ao seu serviço nove colaboradores e no decurso do ano de 2010 apresenta os seguintes elementos de funcionalidade:

TIPO	Designação	Req.	Qtd.	Cartas
Art.º 10.º	Declarações recebidas e registadas	11 061	11 061	0
Atendimento telefónico	Recebido (candidaturas, quotas, formação, ATD, vinhetas, art.º 10,	33 780	0	0
	Efectuado (candidaturas, formação, art.º 10.º	13 447	0	0
	Subtotal	47 227	0	0
Brochuras vendidas		460	460	460
Cadastro	Alterações	18 861	18 861	0
Cédulas	Pedidos recebidos no ano	168		28
	Enviadas aos membros		152	152
	Pendentes ano		16	0
	Subtotal	168	168	180
Certidões	Inscrição, situação contributiva, situação perante a OTOC	124	124	124
Correspondência	Diversa	0	0	1 541
Encontro dos TOC	Inscrições	445	1 043	0
Formação OTOC	Conferências	7 147	7 147	0
	Congressos	0	0	0
	À distância	8 951	8 951	54
	Eventual	47 872	47 872	948
	Permanente	320	320	45
	Recorrente	420	420	0
	Segmentada	8 367	8 367	1 241
	Reuniões livres – Noites SNC	39 760	39 760	0
	Reuniões livres	38 392	38 392	0
	Sessão de esclarecimento	3 187	3 187	0
Subtotal	154 416	154 416	2 288	
Formação equiparada	Inscrições	9 268	9 268	0
Formação - Questionários	Leitura e resumo para Conselho Directivo	6 255	6 255	0
Logística	Reservas de alojamentos	108	247	0
	Reservas de auditórios	1 461	1 461	0
	Reservas de hospedeiras	231	430	0
	Reservas de <i>catering</i>	116	46 139	0
	Subtotal	1 916	48 277	0
Membros - Reentradas e saídas	Reinscrições	57	57	57
	Inactivos	1 069	1 069	0
	Subtotal	1 126	1 126	57
Processos de candidatura a TOC	Processos de candidatura pendentes ano anterior:	148	0	0
	Recebidos	1 262	0	0
	Aceites	0	1 083	1 250
	Recusados e nulos	0	44	44
	Pendentes ano	0	283	87
	Subtotal	1 410	1 410	1 381
	Processos de estágios pendentes ano anterior:	129	0	0
	Entradas:	167	0	0
	Estágios terminados c/aproveitamento	0	188	376
	Estágios terminados s/aproveitamento	0	7	7
	Pendentes ano :	0	101	0
	Subtotal	296	296	383
	Processos de exame pendentes ano anterior:	2 045	0	0
	Entradas:	1 104	0	0
	Aprovados exame	0	1 068	2 136
	Reprovados exame	0	375	750
	Pendentes ano - Aguardar exame	0	501	0
	Pendentes ano - Reprovados aguardar pagamento exame	0	1 205	0
	Subtotal	3 149	3 149	2 886
	Membros - Após estágio e exame	128	128	128
Membros - Após exame	940	940	940	
Subtotal	1 068	1 068	1 068	
Subtotal Proc. de candidatura + estágio + exame + membros	5 923	5 923	5 718	
«Pasta TOC»	Mensagens entradas e saídas	4 692	4 692	4 686
Placas identificativas	Requisições	245	245	0
Quotas	Requisições e lançamentos de alteração de situação	207 739	207 739	0
Vinhetas	Requisições	4 985	230 335	4 977
Total		474 911	699 993	20 031



Jurídico

O departamento jurídico funciona sob a orientação do vice-presidente do Conselho Directivo, Armando Marques.

Tem como principal objectivo responder às questões de natureza ética e deontológica do exercício da profissão, instruir os processos que, nos termos estatutários, devem ser enviados ao Ministério Público e os processos disciplinares, responder a questões dos membros que se integrem na interpretação de aplicação das normas que os profissionais têm que observar no exercício da profissão, bem como, de uma forma geral, representar, mediante procuração do Bastonário, a Ordem nos Tribunais.

Tem ao seu serviço 19 licenciados, dos quais 3 são advogados e ainda 10 administrativos.

Em 2010 apresenta os seguintes elementos de funcionalidade:

Processos instaurados: Foram instaurados 7 354 processos, o que significou um pequeno decréscimo de 3,22 por cento em relação ao ano de 2009 (7 599);

Dos quais:

Averiguações	981
Esclarecimentos	4 822
Pareceres	5
Recursos	34
Pedidos de cancelamento voluntário	939
Pedidos de suspensão voluntária	241
Remessa ao Conselho Disciplinar	119
Outros	109

Nos processos de averiguações, a grande maioria destina-se a aferir o cumprimento do dever de lealdade e a existência de motivo justificado para não encerrar o exercício fiscal, nos termos e, para os efeitos do artigo 54.º, n.º 2 do EOTOC.

No âmbito dos recursos também se verificou um aumento de decisões favoráveis aos recorrentes no total de 23, o que significou um aumento de 64,29 por cento relativamente ao ano anterior (2009 – 14 recursos com provimento).

Comparativamente a 2009, constata-se:

Averiguações	- 12%
Esclarecimentos	+3,48%
Recursos	+ 60,92%
Pedidos de cancelamento voluntário	- 11%
Pedidos de suspensão voluntária	- 32,87%
Remessa ao Conselho Disciplinar	- 18,49%

De notar, que a fase decisória dos conflitos é dirimida e sancionada pelo Conselho Disciplinar.

«Pasta TOC» – Foram respondidas através da «Pasta TOC» 4 104 mensagens. Tal significou um acréscimo de 11,25 por cento relativamente a 2009 (3 689). De notar, que as mensagens na «Pasta TOC» geram processos de averiguações ou de esclarecimentos, se não respeitarem a matéria que esteja a ser tratada.

Atendimento	
Atendimento telefónico a membros	15 532
Atendimento presencial a membros	880
Atendimento telefónico e presencial a não membros	3 514

Tal significa que se verificou um aumento de chamadas telefónicas de membros de 24,44% (2009 – 12 482 chamadas); O atendimento presencial a membros registou um acréscimo 33,13% (2009 - 661 atendimentos); No cômputo global, o atendimento telefónico e presencial a membros totalizou 16 412, o que se traduziu num aumento de 25,25 por cento (2009 – 13 103); O atendimento telefónico e presencial a não membros também registou um aumento de 6 por cento (2009 – 3 315).

Contencioso – Como se sabe, o Conselho Disciplinar aplica as penas disciplinares que podem ir desde a pena de advertência, à multa, à suspensão da inscrição até três anos ou mesmo à expulsão da Ordem. No caso da pena de multa não ser paga voluntariamente, no prazo de 30 dias, após a notificação do Acórdão, o processo é encaminhado para cobrança coerciva nos tribunais.

Acções executivas intentadas em 2010	315
---	-----

No cômputo global, desde 2002, foram já instauradas 1 610 acções executivas com vista à cobrança coerciva de penas de multa. Destas, 656 estão concluídas e em 410 foi possível obter o pagamento da pena de multa.

Acções administrativas (2010) (recursos de decisões do Conselho Disciplinar) - 9 + 1 providência cautelar.

Das 32 acções administrativas que foram intentadas, estão concluídas 14 acções, das quais 12 têm decisão favorável à Ordem.

Instrução disciplinar	
Relatórios para deduzir despacho de acusação	959
Relatórios de convocação de processos de inquérito em processos disciplinares	221
Relatórios com proposta de aplicação de pena disciplinar	810
Relatórios com proposta de arquivamento	2 174
TOTAL	4 164

Correspondência no âmbito da instrução	
Expedida	14 605
Recepcionada	18 739

A que acresce:

Correspondência geral	
Expedida	25 250
Recepcionada	8 590

Sistemas de Informação

Este departamento, que funciona sob a orientação do director Jaime dos Santos, tem como missão gerir todo o processo informático da Ordem, desde a sua concepção e desenvolvimento, incluindo as acções necessárias à sua manutenção. Tem ao seu serviço nove técnicos. Para além da estrutura interna, tem ainda o apoio no âmbito da consultoria permanente de dois assessores externos. No decurso de 2010 apresenta os seguintes elementos de funcionalidade, destacando-se os seguintes projectos de maior relevância no ano transacto:

- Gestão de acessos a formações;
- Novo sistema de *newsletter*;
- Disponibilização e integração com a BD membros da declaração de pontuação e o requerimento para o Fundo de Pensões.

Comunicação:

- 4 044 chamadas atendidas;
- 234 mensagens de correio electrónico;
- 276 atendimentos presenciais;
- 353 mensagens através da «Pasta TOC».

Pagamentos de quotas:

- 141 077 por MB;
- 4 572 por CTT;
- 13 546 por transferência bancária;
- 2 285 com entregas para Fundo de Pensões.

E-learning:

- Apoio a 24 formações à distância (processamento de inscrições e dados de acesso);
- Gestão de seis formações à distância.

Pedidos internos (2 335):

- 726 para suporte técnico;
- 446 para desenvolvimento «Oracle»;
- 445 para suporte administrativo.

Site e «Pasta TOC»:

- 23 759 questões colocadas na «Pasta TOC»;
- 63 280 mensagens no fórum;
- 32 522 43 acessos ao *site*;
- 9 906 629 páginas visualizadas;
- 3,05 páginas vistas por cada visita ao *site*;
- 1 529 375 acessos com autenticação de membros registados;
- 593 inscrições “Empresa na hora”;
- 311 inscrições “Empresa na hora estrangeiro”;
- 58 087 actualizações de dados.

Serviço de Contabilidade

Tem como missão executar todas as operações contabilísticas relacionadas com a contabilidade da Ordem, bem como proceder ao processamento mensal dos salários. Está sob a responsabilidade funcional do director Manuel Vieira e tem ao seu serviço permanente três colaboradores. Em 2010 apresentou os seguintes elementos de funcionalidade:

Contabilidade

- Recepção de documentos, arquivo por natureza de diários, classificação e posterior registo efectuados pelos serviços de contabilidade/serviços de tesouraria;

- Número de documentos registados em 2010, nos diários de:

Caixa	187
Bancos entradas - recebimentos	5 943
Bancos saídas - pagamentos	8 162
Facturas / recibos verdes	6 135
Operações diversas	7 007
Total	27 434

Pessoal

- Recepção e tratamento de documentos de ausências e horas extraordinárias dos funcionários;
- Processamento dos vencimentos;
- Processamento mensal de honorários – independentes.

Serviço de recepção e expedição de correio

Este serviço, sob a responsabilidade funcional do director Jaime Santos, tem como missão recepcionar e registar toda a correspondência recebida por via postal pela Ordem, bem como proceder à distribuição das questões colocadas na «Pasta TOC». Será em breve objecto de reestruturação, passando a concentrar e digitalizar, com excepção das dirigidas ao Bastonário, todas as comunicações, independentemente da sua forma, origem ou destino e proceder ao seu registo numa base electrónica única que será depois distribuída pelos respectivos departamentos, serviços ou responsáveis. Tem ao seu serviço três colaboradores e, em 2010, apresentou os seguintes elementos de funcionalidade:

Correspondência recebida

Mês	N.º de cartas
Janeiro	3 537
Fevereiro	3 483
Março	4 845
Abril	3 568
Maio	3 747
Junho	2 853
Julho	2 893
Agosto	2 905
Setembro	2 842
Outubro	3 127
Novembro	2 679
Dezembro	5 234
Total	41 713

Totais por :

Cartas reg.	Cartas /reg.	RSF	Rsf-Reg.
23 994	17 485	234	0

Total: 41 713

Registos de cartas (MT)

Mês	N.º de cartas
Janeiro	2 006
Fevereiro	1 787
Março	2 028
Abril	1 600
Maio	1 714
Junho	1 601
Julho	1 543
Agosto	1 158
Setembro	1 948
Outubro	1 815
Novembro	1 443
Dezembro	1 715
Total	20 358

«Pasta TOC»

Mês	Questões várias
Janeiro	1 694
Fevereiro	1 373
Março	1 727
Abril	1 259
Maio	1 042
Junho	1 009
Julho	1 248
Agosto	1 258
Setembro	2 323
Outubro	1 639
Novembro	1 620
Dezembro	1 395
Total	17 587

E-mails («Pasta TOC»)

Mês	N.º E-mails
Janeiro	321
Fevereiro	247
Março	424
Abril	279
Maio	230
Junho	388
Julho	359
Agosto	212
Setembro	502
Outubro	330
Novembro	302
Dezembro	254
Total	3 848

Correio devolvido/recebido

Mês	N.º cartas
Janeiro	1 251
Fevereiro	905
Março	1 586
Abril	762
Maio	1 339
Junho	709
Julho	748
Agosto	1 141
Setembro	823
Outubro	966
Novembro	723
Dezembro	2016
Total	- 12 969(*)

(*) – inclui cartas devolvidas dos PDQ

Cheques recebidos

Janeiro	895
Fevereiro	400
Março	422
Abril	632
Maio	462
Junho	311
Julho	381
Agosto	674
Setembro	385
Outubro	310
Novembro	365
Dezembro	572
Total	5 809

Vale postal recebidos

Janeiro	32
Fevereiro	12
Março	27
Abril	34
Maio	8
Junho	8
Julho	22
Agosto	25
Setembro	24
Outubro	12
Novembro	11
Dezembro	31
Total	246

Súmula por percentagem comparativa:

Correspondência recebida

2009	2010
43 807	41 713
Variacão	(-) 4,78%

Registos (MT)

2009	2010
23 574	20 358
Variacão	(-) 13,64%

«Pasta TOC»

2009	2010
15 845	17 587
Variacão	(+) 10,99%

E-mail («Pasta TOC»):

2009	2010
4 494	3 848
Variacão	(-) 14,37%

Correio devolvido (inclui PDQ)

2009	2010
13 610	12 969
Variacão	(-) 4,71%

Cheques recebidos

2009	2010
8 300	5 809
Variacão	(-) 30,01%

Vale postal

2009	2010
260	246
Variacão	(-) 5,38%

Serviço de tesouraria

Funciona sob a responsabilidade do director Manuel Vieira e tem como papel fazer a gestão dos meios líquidos financeiros da Ordem. Proceda ao pagamento das despesas e controle da receita, independen-

temente do meio utilizado. Tem ao seu serviço três colaboradores e apresenta os seguintes elementos de funcionalidade:

- Pagamentos de quotas efectuados no *site* da OTOC sistema *on-line* – UNICRE MB-net: 237 184;
 - Pagamentos efectuados quotas efectuados nos CTT: 4 614;
 - Cheques e vales postais recebidos/registados para pagamento de quotas, vinhetas e das várias acções de formação: 5 208;
 - Talões de depósitos preenchidos: 1 987;
 - Cheques emitidos pela OTOC (membros e fornecedores): 3 198;
 - Débitos em conta – transferências bancárias – *e-banking*: 2 965
 - Transferências bancárias: 75;
 - Elaboração de cartas a devolver cheques os membros por se encontrarem incorrectos e correspondência geral: 271;
 - Facturas de fornecedores recebidas e registadas na gestão comercial: 3 853;
- Recibos Mod. 6 (verdes) recebidos e registados na gestão comercial: 2 282;
- Membros/registos que optaram pelo pagamento por Multibanco 67 761 - 1.º trimestre, 17 904 - 2.º trimestre, 11 758 - 3.º trimestre, 11 458 - 4.º trimestre: Total: 108 838;
 - Membros/registos que optaram em 2010 pelo pagamento pelo sistema de débitos directos: 885;
 - *E-mails* recebidos pelo endereço ctoc.tesouraria@otoc.pt: 1 644;
 - «Pasta TOC » - Questões entradas: 650;
 - Questões respondidas: 648;
 - Questões devolvidas: 2;
 - Atendimento *call center* – Tesouraria-telefonemas atendidos: 10 669;
 - Telefonemas perdidos: 137.

A execução das inúmeras tarefas que materializam a função da Ordem são garantidas por um conjunto de pessoas, sendo 26 dirigentes e 115 colaboradores.

Para além do quadro descrito, sem prejuízo do recurso em casos pontuais à prestação de serviços de



especialistas para as mais diversas áreas, a Ordem conta ainda com a prestação regular de apoio técnico de cerca de 15 técnicos externos para a elaboração de pareceres a respostas a questões colocadas pelos membros, bem como dois consultores permanentes para a área da informática e dois para a actualização permanente da base de dados do SITOC.

Os gastos de funcionamento dos diversos departamentos e serviços apresenta a seguinte estrutura:

Análise de gastos por departamento (2010)

Departamento	Gastos (euros)	% s/ total
Assessores do Bastonário	108 083,00	3,80
Apoio aos Órgãos	306 031,00	10,75
Departamento Jurídico	723 195,00	25,41
Departamento de Consultoria	466 175,00	16,38
Departamento de Sistemas de Informação	214 523,00	7,54
Serviço de Correios	60 642,00	2,13
Departamento de Funcionamento	240 207,00	8,44
Serviço de Contabilidade	85 249,00	2,99
Serviço de Tesouraria	109 226,00	3,84
Departamento de Comunicação e Imagem	200 033,00	7,03
Secretariado dos assessores do Bastonário	13 496,00	0,47
Representações permanentes	319 579,00	11,23
Total	2 846 439,00	

Comissões

Em função da especificidade dos temas a tratar, as comissões existentes na Ordem podem ter uma característica de permanência, sendo denominadas por comissões permanentes ou de duração limitada no tempo, sendo denominadas por comissões eventuais. No que respeita às comissões permanentes, em 2010, funcionaram as seguintes: História da Contabilidade, Júri de Exame de Admissão à Ordem, Controlo da Qualidade, Acompanhamento de Estágios e Implementação da Contabilidade Pública.

Relativamente às comissões eventuais, em 2010 funcionaram as seguintes: Acompanhamento da Formação à Distância; Verificação junto das Escolas do Cumprimento dos Protocolos de Dispensa de Estágio e Verificação e Controlo de Funcionamento da Formação Equiparada, junto das entidades acreditadas pela Ordem.

Todas as comissões desempenham a sua missão sob as orientações do Bastonário, executam as funções que foram definidas na sua criação e no ano transacto apresentaram a seguinte actividade:

Comissões permanentes

- História da Contabilidade
- Esta comissão tem como missão, em concertação com o Bastonário, dinamizar, tratar e executar todas as acções relacionadas com a história da Contabilidade.

É presidida por Lúcia Lima Rodrigues, sendo ainda integrada por Maria Leonor Fernandes Ferreira da Silva e Joaquim da Cunha Guimarães.

Em 2010 teve a seguinte actividade: concebeu e organizou o III Encontro de História da Contabilidade, realizado em Lisboa e Braga, tendo nele sido apresentado o livro de Hernâni Carqueja, intitulado «Arte da Escritura Dobrada que Ditou na Aula do Comércio João Henrique de Sousa Copiada para Instução de José Feliz Venâncio Coutinho no ano de 1765».

Foi assinado um protocolo com a AECA, com vista ao desenvolvimento do intercâmbio da investigação no âmbito da História da Contabilidade, bem como a cooperação e colaboração entre ambas as entidades.

- Júri de Exame

O júri de exame é presidido por Pedro Roque, integram-no ainda os seguintes elementos: Maria Leonor Fernandes Ferreira da Silva, José Alberto Pinheiro Pinto, Domingos Cravo, Avelino Antão, Pires Caiado, Ezequiel Fernandes e Pêga Magro.

Tem como missão conceber, preparar, organizar e realizar em todo o território nacional os exames de admissão à Ordem e desenvolveu a seguinte actividade: (em 2010 realizaram-se três exames de admissão à Ordem):

DATA	N.º candidatos		Taxa de aprovação	Locais
	MED	AP		
13 Março	243	760	33%	Aveiro, Braga, Castelo Branco,
26 Junho	257	789	14%	Coimbra, Évora, Faro, Funchal, Leiria, Lisboa,
30 Out.	10	31	66%	Ponta Delgada, Porto, Santarém, Vila Real e Viseu.

Do ponto de vista organizacional e logístico, os exames decorreram com toda a normalidade.

O último dos três exames realizados em 2010 foi já preparado de acordo com novo modelo entretanto adoptado e que se caracteriza, essencialmente, pelo facto de ter incluídas as questões de MED - Matérias Estatutárias e Deontológicas, não constituindo estas

uma prova autónoma, o que talvez explique os excelentes resultados verificados.

Em 2010, manteve-se o esforço relativo ao número de localidades em que o exame se realizou, que ascendeu a 15, o que representa uma mobilização logística assinalável.

No que respeita à composição do Júri de Exame, não se verificou qualquer alteração em 2010.

- Controle da Qualidade

A Comissão Permanente do Controle da Qualidade, em bom rigor, compreende duas comissões, sendo uma a comissão coordenadora, por isso a quem compete dinamizar e verificar o controle da qualidade e a outra constituída pelas equipas de controladores.

A comissão coordenadora é presidida por António Lopes Pereira e constituída por Carlos Grenha, Pedro Caeiro, José Veiga Pereira e Jaime dos Santos, este em representação do Conselho Directivo.

Em 2010 apresentou as seguintes actividades:

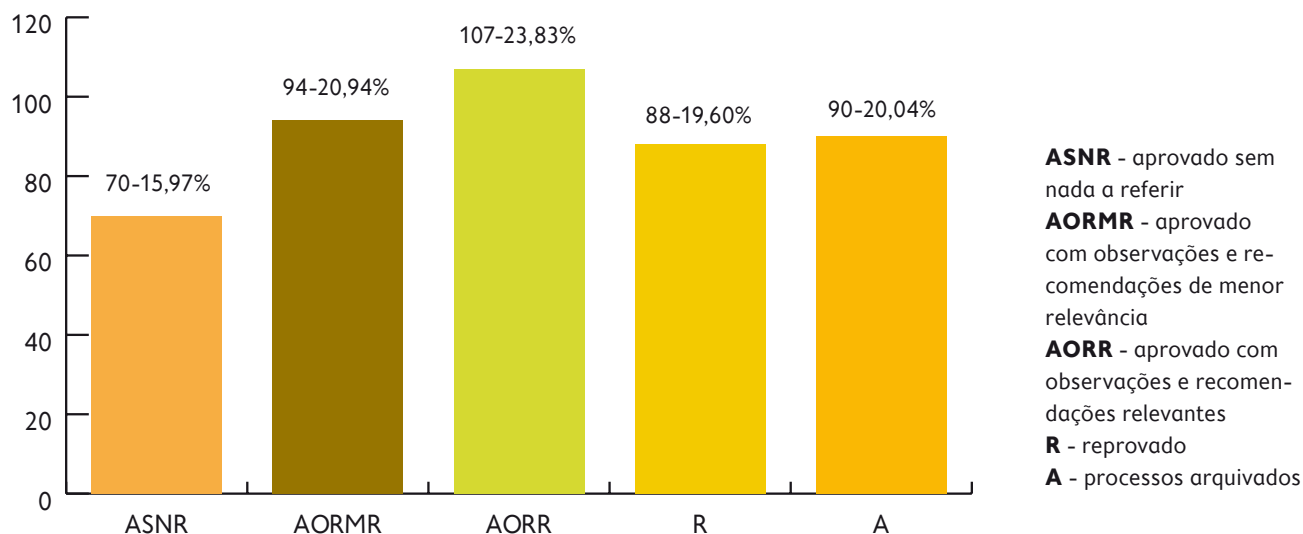
Na sequência das eleições realizadas em Fevereiro de 2010 e a consequente entrada em vigor do actual Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, a Comissão obteve a necessária confirmação de confiança do Conselho Directivo, bem como nas Equipas de Controlo de Qualidade (ECQ).

A actividade da CCQ manteve-se centrada em dois vectores fundamentais: por um lado, dar seguimento aos controlos de qualidade programados e em curso; por outro, considerando absolutamente estratégica e fundamental a atitude das ECQ, manter com estas um contacto permanente e um acompanhamento muito próximo.

A solicitação da derrogação aos limites da actividade nos termos do n.º 5 do art.º 8.º do EOTOC, ficou a cargo da CCQ. Neste sentido, foram estabelecidos os critérios e a metodologia de abordagem para estes controlos e, face aos pedidos entrados, foram efectuados e avaliados com proposta de despacho os primeiros três pedidos de derrogação.

Em cumprimento do regulamentado, a CCQ elaborou uma proposta de parâmetros para o sorteio dos controlos a efectuar, que se realizou no mês de Julho.

Processos analisados com despacho definitivo



A pedido do Conselho Directivo, foram estudadas e propostas as alterações que no entender da CCQ deveriam ser incorporadas no Regulamento do Controlo de Qualidade (RCQ), que por força do novo EOTOC se impõem.

No que concerne à actividade corrente da CCQ, foram, no ano de 2010, apreciados e elaboradas propostas de despacho para 449 processos de CQ, cujos resultados foram os do gráfico acima. Relativamente aos processos com proposta de despacho de reprovado é importante referir que 21 foram remetidos com proposta de envio para o Conselho Disciplinar.

- Acompanhamento de estágios

Pretende-se que os estágios profissionais sejam uma oportunidade para todos os que querem ingressar na profissão tomarem contacto com a realidade prática desta actividade e a forma de a executar diariamente. Atendendo à sua importância e novidade que representava para a profissão, entendeu-se necessário que a Ordem chegasse até aos locais onde se realizam os estágios, incentivando de forma pedagógica a sua realização.

O objectivo principal é o de transmitir aos jovens profissionais, os valores e as dificuldades que envolvem o exercício da profissão. Com esse objectivo, criaram-se equipas ao nível distrital, que têm como missão o cum-

primento do descrito. Estas equipas trabalham em colaboração directa com a directora Rita Cordeiro, responsável pela análise e orientação dos processos de inscrição, suspensão ou cancelamento junto do Conselho Directivo.

Em 2010, esta comissão desenvolveu as seguintes visitas de acompanhamento de estágios:

Distrito	Total
Açores	12
Aveiro	8
Braga	12
Bragança	5
Castelo Branco	1
Coimbra	13
Évora	2
Faro	9
Guarda	1
Madeira	8
Leiria	6
Lisboa	37
Portalegre	1
Porto	31
Santarém	11
Setúbal	7
Viana do Castelo	1
Vila Real	2
Viseu	6
Total	173

- Implementação da Contabilidade Pública

A Ordem tem vindo a sensibilizar as entidades competentes das vantagens inerentes à implementação da contabilidade digráfica na organização da Administração Pública, directa e indirecta do Estado, na medida em que com a implementação desta contabilidade em todos os serviços do Estado se conseguirá uma maior harmonização informativa entre os diversos serviços, uma maior transparência na vida pública nacional e uma maior compreensão da forma como os impostos pagos pelos cidadãos revertem no seu interesse, através da intervenção do Estado na gestão do interesse social. Infelizmente, os resultados não são animadores, mas continuaremos a lutar por uma profunda alteração na organização da Administração Pública. Conforme já se referiu, para além das comissões permanentes, em 2010 estiveram em funcionamento na Ordem, as seguintes comissões eventuais:

Comissões eventuais

- Fiscalização de Formação Equiparada

Constituição e objectivo: A Comissão Eventual de Acompanhamento e Verificação da Formação Equiparada, constituída por deliberação do Conselho Directivo da OTOC, tomou posse no dia 15 de Setembro de 2010, data a partir da qual desenvolveu as tarefas, tendo como objectivo o acompanhamento e a verificação, junto das entidades inscritas na Ordem, das acções de formação equiparadas e previamente aprovadas pela Ordem, realizadas por aquelas entidades, quanto ao cumprimento dos objectivos que prevaleceram à sua aprovação.

Reuniões: Os membros da Comissão efectuaram reuniões, nos dias 15 e 27 de Setembro, 12 de Novembro e 14 de Dezembro de 2010, cujos assuntos tratados constam das respectivas actas, tendo ainda executado trabalhos de preparação, mediante análise e discussão entre os seus membros através de *e-mail*.

Trabalhos preparatórios: A Comissão, após ter definido alguns aspectos quanto ao seu funcionamento, desenvolveu os seguintes trabalhos: Propôs ao Conselho Directivo, em Setembro de 2010, o envio de co-

municação às entidades credenciadas para a formação equiparada, com o objectivo de as informar da constituição desta Comissão e que esta irá proceder a visitas às referidas entidades no âmbito do regulamento. Procurou-se reduzir, ao mínimo, as situações de deslocações sem êxito pelo facto de as referidas entidades, alegarem não se encontrar presentes os responsáveis pelas acções de formação.

- Analisou e discutiu os Regulamentos do Controlo de Qualidade e para a Formação de Créditos, destacando-se o conteúdo dos artigos 11.º e 12.º deste último.

- Tomou também conhecimento da forma como se desenvolve o processo de acreditação e reconhecimento das entidades formadoras e ainda das acções de formação propostas pelas mesmas, e conseqüente lançamento dos créditos.

- Com base num modelo de relato das visitas efectuadas, já utilizado em situações semelhantes e anteriormente realizadas pela Ordem, estabeleceu-se um guia de visita a utilizar pelos membros da comissão, e uniformizar os itens a verificar e bem assim o relato das deslocações. A operacionalidade do modelo de relato servirá simultaneamente como pré-teste. Pelo que após as visitas se reequacionará a necessidade da sua alteração. A comissão deliberou ainda, para a melhor prossecução dos seus objectivos, que as visitas deverão ser efectuadas por dois elementos desta comissão.

- Sendo a comissão constituída por quatro membros, foram definidos dois grupos, aos quais foram atribuídos os seguintes distritos, onde se situa a sede das entidades a visitar ou o local onde se realizam os cursos, como se indica:

- Primeiro grupo (Amadeu Figueiredo e Cristina Gonçalves): Lisboa, Faro, Castelo Branco, Beja e Portalegre;

- Segundo grupo (Lopes Pereira e Rui de Sousa): Leiria, Coimbra, Guarda, Aveiro, Viseu, Porto, Vila Real, Bragança, Braga e Viana do Castelo.

Visitas efectuadas: Após um período de trabalhos preparatórios designadamente para recolha e conhecimento de toda a informação relacionada com a

inscrição das entidades e aprovação dos cursos, bem assim para a definição de modelo de guia de visita, os membros da Comissão deram especial atenção aos seguintes aspectos: técnicos e pedagógicos das acções de formação, designadamente quanto aos temas, ao *curriculum* dos formadores e à forma como estarão a decorrer as acções, no caso de os cursos estarem em pleno desenvolvimento.

Condições materiais utilizadas na realização das acções, e o cumprimento das formalidades previstas no regulamento e no projecto de curso reconhecido pela OTOC.

Os dois grupos, constituídos pelos membros da comissão, efectuaram entre Novembro de 2010 e Janeiro de 2011, visitas às entidades que a seguir se indicam:

CERTFORM – Formação e Consultadoria, Lda,

Deloitte & Associados, SROC, Lda.

Global Estratégias – Consultadoria de Formação e *e-learning*

PricewaterhouseCoopers – Assessoria de Gestão, Lda, Lisboa

SAGE Portugal – Software, SA. Lisboa

Primavera Academy, Braga

SAGE Portugal – Software, SA. Matosinhos

CERTFORM – Formação e Consultadoria, Lda. Porto.

CONCLUSÃO – Estudos e Formação, Lda. Póvoa do Varzim

CEGOC – TEA, Lda. Porto:

IFPA – Instituto de Formação Profissional Avançada. Porto

CEI – Centro de Educação Integrada. S. João da Madeira

AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro. Aveiro

Das visitas efectuadas foi apresentado o respectivo relatório, retirando-se do mesmo, em súmula, a seguinte conclusão: a comissão, no âmbito do objectivo para que foi constituída, efectuou visitas a entidades reconhecidas pela OTOC, para a realização de formação equiparada para efeitos de atribuição de créditos, de acordo com regulamento próprio.

Das visitas efectuadas, no decurso das quais foi possível observar o ambiente formativo, foi recolhida informação que consta dos relatórios individuais, tendo constatado que:

A apreciação global do desenvolvimento das acções de formação, que decorriam nas entidades visitadas, é boa e mesmo excelente na maioria dos casos, quer quanto aos meios materiais, aos formadores e recursos pedagógicos utilizados quer quanto ao controlo de presenças por parte das entidades promotoras das acções.

Considerando a forma como as acções são desenvolvidas e o número de formandos presentes, fica evidente o sentido de complementaridade desta formação com a disponibilizada pela Ordem, afastando uma posição puramente mercantilista que poderia ocorrer a algumas entidades.

As entidades manifestaram interesse em reuniões (anuais ou semestrais) no sentido de articular com a Ordem sobre as necessidades de formação na óptica da complementaridade.

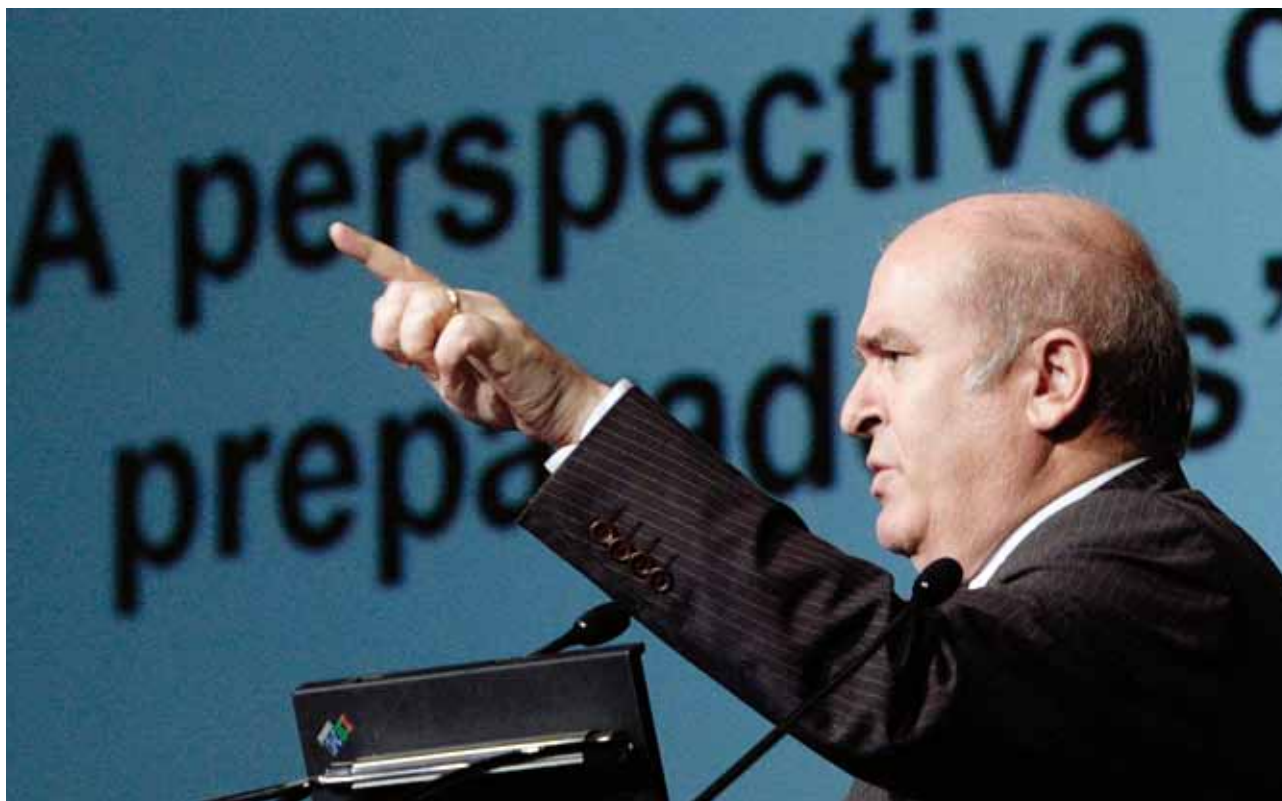
Acompanhamento dos protocolos para dispensa de estágios: a presente comissão eventual tem como missão proceder à verificação do cumprimento das condições estabelecidas nos protocolos para dispensa de estágio, no que respeita à inscrição na Ordem, junto das entidades protocoladas, elaborando a correspondente proposta.

É constituída por Pêga Magro, Cláudia Santos, Jorge Moita e João Jorge. No âmbito da sua missão, definiu-se um programa de visitas às escolas com os quais havia sido celebrado o respectivo protocolo.

Visitas efectuadas: nos meses de Outubro a Dezembro foram efectuadas visitas a todas as escolas com as quais foram celebrados protocolos de dispensa de estágio, com excepção da Universidade da Madeira, num total de 44 visitas.

De cada visita foi preparado o respectivo relatório.

Conforme conclusões, das entidades visitadas, foi proposta a renovação de 31 protocolos, 13 propostas de renovação condicionada e 23 propostas de rescisão de protocolo.



Visitas agendadas: para concluir os trabalhos que constituíram o objecto desta Comissão, está agendada uma visita à Universidade da Madeira, a decorrer em 2011. Irá também ser agendada uma segunda visita ao Instituto Politécnico Autónomo, logo que se inicie o segundo semestre lectivo.

Conclusão: o trabalho realizado assumiu um cariz pedagógico pelo que requer continuidade e acompanhamento futuro. As sugestões de adequação ao novo estatuto e aos regulamentos em vigor obrigam a que a Ordem desenvolva a curto prazo acções de verificação relativas ao bom funcionamento dos protocolos que vierem a ser celebrados.

Para além disso, todos os pareceres favoráveis condicionados foram validados apenas para o ano lectivo 2010/2011, pelo que carecem de verificação no início do ano lectivo 2011/2012.

No âmbito das visitas efectuadas foram abordadas questões relacionadas com a inscrição na Ordem, nomeadamente o reconhecimento de cursos, os estágios e o exame.

APOIO TÉCNICO AOS MEMBROS

As questões qualitativas relacionadas com a profissão sempre constituíram uma profunda preocupação da Instituição, não só porque acreditamos que o sustentáculo perene de uma profissão é a exigência, mas no caso vertente dos Técnicos Oficiais de Contas, estamos perante uma profissão que contribui fortemente para a obtenção de receitas do erário público e é susceptível de permanentes alterações ao quadro normativo em que se move.

Aqueles factos, missão e quadro normativo, fazem com que os profissionais da Contabilidade e da Fiscalidade se confrontem com a necessidade de actualização permanente dos conhecimentos, não só estruturais, mas também da sua readaptação às novas disposições normativas.

O ano de 2010, apresentou algumas peculiaridades naquele domínio, não só pelas razões apontadas, mas especialmente porque foi o primeiro ano em que os profissionais aplicaram a nova estrutura de organização contabilística, o SNC, exigindo a todos mais este desafio.

A Ordem, desde 2009, compreendeu a importância que aquela nova organização representava na contabilidade portuguesa e, de algum modo, substituindo-se ao governo, procurou, uma vez de forma gratuita, como foi o caso das formações e das «Noites SNC», outras vezes fazendo opções nítidas no seu programa de formação, disponibilizar aos seus membros condições objectivas para que os profissionais, atempadamente, compreendessem e aplicassem a nova realidade contabilística emergente do SNC. Aquele esforço, no que concerne ao apoio técnico, materializou-se da forma seguinte:

Reuniões livres

Realização em todas as sedes de distrito do Continente e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira de reuniões livres, versando questões e temas de qualquer natureza técnica de forma a possibilitar aos TOC o esclarecimento de dúvidas com que se tenham confrontado no exercício da profissão.

Para além das reuniões tradicionais, realizaram-se ainda naqueles locais, também de forma gratuita, reuniões livres que versaram exclusivamente sobre matérias relativas ao SNC.

Consultório técnico

No decurso de 2010 a Ordem aumentou significativamente a sua capacidade de resposta às questões colocadas pelos membros, terminando o ano com um número residual de questões pendentes.

Para tanto, a Ordem realizou um esforço de recrutamento, admitindo para o departamento de consultoria mais três técnicos, os quais ainda em processo de adaptação, começam a produzir os primeiros efeitos práticos.

Para além daquele esforço, embora o tenha reduzido de forma substancial, a Ordem continua a manter um quadro de colaboradores externos, 15, para onde são canalizadas as questões mais pertinentes colocadas pelos membros.

Para além do apoio descrito, embora com natureza jurídica, em 2010, continuou-se com o apoio jurídico

nas representações permanentes de Braga, Porto e Aveiro.

Base de dados da Ordem

De forma regular, sem qualquer interrupção, com periodicidade mensal, distribui-se gratuitamente a todos os membros com a inscrição em vigor, através de CD, a base de dados da Ordem que constitui hoje um imprescindível meio de apoio técnico a todos os profissionais.

Espera-se que ainda no mês de Março se coloque à experiência de um conjunto significativo de profissionais o novo sistema de comunicação e manuseamento daquela base de dados, possibilitando o acesso a uma informação diariamente actualizada, o que determinará uma mais rápida e eficiente actualização dos conhecimentos dos profissionais.

«Revista TOC»

Mensalmente, de forma gratuita, foi enviada aos membros com as quotas em dia a Revista «TOC», o mais privilegiado meio de comunicação da Instituição, mantendo-se a sua estrutura com artigos de opinião, entrevista de fundo a uma personalidade, noticiário associativo e consultório técnico.

Conforme previsão no plano de actividades para 2010, introduzir-se-ão algumas alterações à Revista «TOC», no sentido de a tornar mais entrosada na vida dos profissionais, criando-se um espaço onde, de forma ordenada, terão a palavra os profissionais dos diversos distritos do país.

«Revista de Contabilidade e Gestão»

Em 2010 publicou-se um número da «Revista Contabilidade e Gestão». Decidiu-se que esta publicação fosse apenas disponibilizada em suporte electrónico aos membros, obtendo-se uma poupança significativa, não apenas nas despesas de envio, mas também nos custos de produção.

Publicações da Ordem

Para além das acções descritas, atenta a especificidade

de do ano de 2010 com a introdução do SNC, a Ordem, disponibilizou aos membros, de forma gratuita as seguintes publicações:

«Revista SNC» que teve um custo de 61 580 euros;

Livro «POC *versus* SNC» que teve um custo de 89 757 euros;

«Revista do IDEFF» que teve um custo de 15 072 euros.

APOIO SOCIAL AOS MEMBROS

A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas desde há muito que tem vindo a cultivar valores de solidariedade entre os seus membros, o que lhe conferiu, neste e noutros domínios, algum carácter de singularidade. Reconhecer as diferenças e sermos solidários para com o nosso semelhante é um gesto de humildade e reconhecimento de que nem tudo passa exclusivamente pela nossa vontade, havendo factos e situações que, independentemente da leitura que cada um deles faça, escapam ao nosso controle e domínio.

A genuína dimensão da solidariedade passa por manifestações de humildade e reconhecer que as situações que os outros vivem podiam bater-nos à porta.

De certeza que, se fosse esse o caso, quem de nós não gostaria sentir uma mão amiga, uma palavra, uma ajuda, por insignificante que fosse, da sua organização profissional?

É dentro deste espírito que, a exemplo de anos anteriores, em 2010, no âmbito da solidariedade social, desenvolvemos as seguintes acções:

Fundo de solidariedade social

Este fundo tem como objectivo ocorrer a situações inesperadas em resultado das quais, e por efeito de acidente imprevisto, os profissionais se vejam impossibilitados de angariar o seu sustento.

Outra da função do fundo, tendo em atenção a recta final da vida dos membros da Ordem, é atribuir um complemento de reforma a quem tenha a inscrição em vigor que garanta um rendimento líquido nunca inferior à remuneração mínima mensal, ou seja, que nunca seja inferior ao salário mínimo nacional.

Existem, no entanto, algumas condições de enquadra-

mento: o membro não tenha rendimentos de outras fontes que não sejam as da reforma. Nos últimos três anos a evolução deste fundo foi a seguinte:

Beneficiários	2008	2009	2010	Totais
N.º de Beneficiários	5	20	28	53
Valor pago	9 397,73	20 590,93	42 037,75	72 026,41

Seguro de saúde dos TOC

O seguro de saúde dos Técnicos Oficiais de Contas oferecido gratuitamente pela Ordem aos seus membros constitui um meio utilizado por um número muito significativo de profissionais para solucionar problemas de saúde.

Embora concebido para situações de emergência substanciadas em necessidade de internamento hospitalar, no decurso de 2010 alargou-se a sua abrangência, passando a disponibilizar-se de forma gratuita até três consultas por ano para os membros abrangidos. Clarificou-se as condições do seu benefício subordinando-o ao pagamento das quotas devidas à Ordem, pois não deixa de constituir uma incompreensível contradição que existam membros que não cumprem os seus deveres e obrigações institucionais no seu vínculo à Ordem e que, por outro lado, estejam a beneficiar de regalias que acabam por ser pagas com o dinheiro das contribuições de outros membros.

Estabeleceu-se assim que o direito ao seguro de saúde, aliás conforme já ocorre com o seguro de responsabilidade civil, só beneficia os membros cujas quotas estejam em dia perante a Ordem, sendo aquela verificação realizada de seis em seis meses.

A Ordem, durante o ano civil de 2010, pagou deste seguro o montante de 872 995 euros.

Seguro de responsabilidade civil

A exemplo de anos anteriores, a Ordem ofereceu gratuitamente aos seus membros um seguro de responsabilidade civil, até ao montante de 50 000 euros, que cobre eventuais danos patrimoniais causados a terceiros relacionados com o exercício da contabilidade.



Este seguro que, atendendo aos riscos inerentes ao exercício da profissão, constitui uma espécie de “guarda-chuva”, não só para os profissionais, mas também para os seus clientes, beneficia todos os TOC que mantenham a inscrição em vigor, não tenham as quotas atrasadas por período superior a 90 dias e cuja sinistralidade é reclamada, se encontre o sujeito passivo identificado no âmbito do artigo 10.º do Estatuto. No decurso de 2010, a Ordem pagou por este seguro o montante de 638 269 euros.

Fundo de pensões

O fundo de pensões dos TOC tem como objectivo a criação de um complemento de reforma para todos os membros da Ordem com inscrição em vigor.

Aquando da sua criação, em Outubro de 2005, a então Câmara, estabeleceu uma comparticipação financeira para o fundo na globalidade de cinco milhões de euros, o que foi conseguido no decurso do ano em apreço.

Não obstante a previsão no Plano de Actividades da Ordem continuar a participar financeiramente para o fundo com o montante de um milhão de euros, acrescido do valor da renda da antiga sede na Avenida 24 de Julho, a verdade é que, por efeito dos custos com a formação gratuita sobre o SNC em 2009, cujos efeitos financeiros se repercutiram no ano seguinte, bem como a ministrada em 2010, não houve condições financeiras para cumprir aquela meta, tendo-se depositado no fundo apenas a importância de 389 243 euros.

«Casa do TOC»

O projecto «Casa do TOC», um espaço onde os membros se possam encontrar após o abandono da vida profissional e, com dignidade, assegure o necessário tratamento, é um projecto de grande humanidade e, acima de tudo, que perspectiva os TOC numa dimensão solidária, situação ímpar no

domínio das instituições de regulação profissional. Pelas razões apontadas para o fundo de pensões, não obstante a sua previsão, no decurso do ano de 2010 não foi possível financeiramente proceder ao reforço.

COMUNICAÇÃO

No domínio da comunicação/informação aos membros, em 2010 não se verificaram alterações significativas.

Mantiveram-se as publicações mensais da Ordem, Revista «TOC» e CD que foram enviadas de forma gratuita a todos os membros.

Diariamente, de forma continuada e ininterrupta, foram enviadas aos membros, por *e-mail*, uma *newsletter* informando-os das alterações legais ou interpretações administrativas sobre matérias relacionadas com a profissão.

No domínio da informação e com regularidade, foram os membros informados sobre os eventos e realizações organizadas pela Ordem, quer através de *e-mail*, quer através do *site* da Ordem.

A Revista «TOC» manteve uma periodicidade editorial mensal, sendo distribuída gratuitamente a todos os membros com as quotas em dia.

A utilização dos meios electrónicos conquistou um novo espaço na comunicação da Ordem com os seus membros, estando em estudo um projecto para se utilizar com maior frequência o mecanismo da «Pasta TOC», nomeadamente com características de notificação, o que será oportunamente comunicado aos TOC.

FORMAÇÃO

A formação dos Técnicos Oficiais de Contas, atenta a sua especificidade e a volatilidade do quadro normativo em que ela se exerce, confere-lhe uma singularidade que desde há muito tem merecido uma atenção especial por parte da instituição reguladora.

As preocupações qualitativas inerentes à profissão, verdadeiro e perene sustentáculo em que deve assentar, encontram-se consagradas em diversas iniciativas e preocupações levadas a efeito pela Ordem, algumas

delas nem sempre compreendidas e acarinhadas por alguns profissionais.

Desde logo, as preocupações da sua actualidade e continuidade consagradas no regulamento de controle da qualidade, até ao esforço financeiro da Ordem direccionado para a formação gratuita ou até mesmo para as reuniões livres realizadas em todos os distritos do país.

A oferta formativa da Ordem tem sido idealizada com a preocupação de oferecer aos membros uma variedade de opções, todas elas com um sentido de conexão profissional, procurando que desempenhe a função para que foi concebida.

Para além do leque de formação oferecido pela Ordem e numa lógica de melhoria qualitativa, acreditaram-se cerca de 80 entidades para ministrar formação na área de intervenção dos TOC.

Neste âmbito, a Ordem, em 2010, realizou as seguintes acções de formação:

Formação eventual

Realizaram-se quatro acções de formação eventual. Com efeito, atendendo ao elevado número de participantes, este tipo de formação deverá ser classificado mais como acções de sensibilização, dado que muito dificilmente possibilita o esclarecimento individual.

Manteve-se a estrutura que esteve na base da sua instituição, realizando-se em todas as sedes de distrito do Continente e das regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

No primeiro trimestre, em consequência do atraso na aprovação e publicação do Orçamento do Estado para 2010, realizou-se mais uma acção sobre o SNC no mês de Janeiro, abordando particularmente questões relacionadas com as PME e outra no mês de Março em que se abordou o plano orçamental do Estado. As restantes, conforme previsão, realizaram-se nos meses de Junho/Julho e Outubro/Novembro, tendo participado 47 872 profissionais.

«Noites SNC»

Repetindo a experiência positiva do ano anterior, em 2010, nos meses de Setembro, Outubro, No-

Inscrições nas conferências, formação presencial e à distância - 2010 (Distribuídas por mês)

Mês	Conferências	Part.
Fev.	Orçamento do Estado 2010 – Projecções para a economia portuguesa/As consequências do orçamento no sistema financeiro/As mudanças na área fiscal com o novo Orçamento	1 410
Fev.	Novas obrigações legais - SNC- Hotelaria e restauração	1 693
Abril	Poder Local – Reorganização administrativa, equilíbrio financeiro, novas competências e novos recursos	500
Junho	Terceiro Encontro de História da Contabilidade da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas	400
Outubro	V Conferência Internacional GEOTOC/IDEFF - Contabilidade e Fiscalidade	1 358
Outubro	TSF/OTOC - O que pode fazer por Portugal? Caminhos para ultrapassar a crise	820
Dez.	O SNC em 2010	966
TOTAL		7 147

Mês	Formação à distância	Part.
Janeiro	IVA – Localização das operações e serviços tributáveis	235
Janeiro	SNC - Estrutura conceptual	181
Fev.	Actualização fiscal em sede de IRC	252
Fev.	NCRF 3 - Adopção pela primeira vez das NCRF	203
Fev.	SNC - Pequenas entidades	268
Março	SNC - Activos não correntes	59
Março	SNC - Activos correntes	61
Março	IRC/IRS – Dossiê fiscal (Organização e preparação)	330
Março	Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedades (aspectos contabilísticos e fiscais)	91
Abril	NCRF 12 - Imparidades de activos	99
Abril	SNC - Passivos correntes e não correntes	70
Abril	NCRF 21 - Provisões, activos e passivos contingentes	64
Abril	NCRF 28 - Benefícios dos empregados	59
Maió	Análise de balanços e estudo de indicadores económicos com base nos Modelos SNC	230
Junho	Peritagem contabilística e fiscal	107
Junho	Tributação do património (IMT/IMI/IS)	47
Junho	Projectos de investimento	91
Junho	IVA (Revisão ao Código)	178
Julho	Entidades empresariais municipais - Constituição e obrigações contabilísticas e fiscais	50
Julho	Código Contributivo da Segurança Social	203
Julho	Aspectos contabilísticos e fiscais para entidades sem fins lucrativos (IPSS e associações)	163
Set.	Código do Trabalho	951
Set.	Código fiscal de investimento	125
Outubro	Contencioso tributário	275
Outubro	Mais e menos valias em IRC e IRS	582
Outubro	SNC - Demonstrações financeiras (NCRF 1,2,4,5,24)	1 370
Nov.	Código dos contratos públicos	212
Nov.	SNC- Preparação das notas anexas às demonstrações financeiras	2 203
Nov.	Contabilidade orçamental na administração pública	192
TOTAL		8 951

Mês	Formação eventual	Part.
Janeiro	A aplicação da NCRF n.º 3 (aplicação pela 1.ª vez do SNC) – Abertura das contas em 2010	15 808
Março	IRC - alterações para 2010 (incluindo o OE para 2010); Transição do POC para o SNC - Caso prático com resolução	16 672
Junho	SNC - Mensuração e imparidades; IVA - Novas regras de localização	5 945
Outubro	SNC - O processo de divulgação nas pequenas entidades; IRC – A Tributação no quadro do SNC	9 447
TOTAL		47 872

Mês	Formação permanente	Part.
Outubro	Contencioso tributário	320
TOTAL		320

Mês	Formação recorrente	Part.
Janeiro	Localização das operações de serviços	48
Fev.	SNC - Pequenas entidades	46
Abril	IRC - alterações para 2010 (incluindo o OE para 2010); Transição do POC para o SNC - Caso Prático com resolução	29
Set.	SNC - Pequenas entidades	45
Outubro	Código do trabalho	52
Nov.	Código Contributivo da Segurança Social	48
Nov.	SNC-Demonstrações financeiras (NCRF 1, 2, 4, 5, 24)	29
Dez.	SNC-Preparação das notas anexas às demonstrações financeiras	29
Nov.	SNC	34
Nov.	O Novo Sistema de Normalização Contabilística	21
Nov.	O Novo Sistema de Normalização Contabilística	18
Dez.	Consolidação de Contas	21
TOTAL		420

Mês	Formação segmentada	Part.
Janeiro	NCRF 3 – A opção pela primeira vez das NCRF	510
Janeiro	SNC - Pequenas Entidades	747
Fev.	SNC - Activos correntes	79
Fev.	SNC - Activos não correntes	48
Março	Implicações contabilísticas pertinentes do CSC	183
Março	NCRF 25 - Imposto sobre o rendimento	238
Março	NCRF 12 - Imparidades de activos	123
Março	SNC - Passivos correntes e não correntes	50
Abril	NCRF 21 - Provisões, activos e passivos contingentes	88
Abril	NCRF 27 - Instrumentos financeiros	36
Abril	SNC - Demonstrações financeiras (NCRF1,2,4,5,24)	346
Abril	IRC/IRS - Dossiê Fiscal (organização e preparação)	568
Fev.	NCRF 28 - Benefícios dos empregados	47
Maio	Código Contributivo da Segurança Social	107
Maio	Tributação do Património (IMT/IMI/IS)	33
Maio	Aspectos contabilísticos e fiscais para entidades sem fins lucrativos (IPSS e associações)	120
Maio	Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedades (aspectos contabilísticos e fiscais)	101
Junho	IVA (revisão ao Código)	218
Julho	Actualização fiscal em sede de IRC	345
Julho	Projectos de investimento	34
Julho	IVA - Localização das Operações e Serviços Tributáveis	242
Set.	Código Fiscal de Investimento	92
Set.	Contabilidade Orçamental	279
Outubro	Código do Trabalho	1.303
Outubro	Código de Insolvência	273
Nov.	Código dos Contratos Públicos	95
Nov.	Peritagem Contabilística e Fiscal	799
Nov.	NCRF 10 - Custo dos empréstimos obtidos	675
Nov.	NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo	588
TOTAL		8 367

Mês	Sessão de esclarecimento	Part.
Janeiro	As Empresas perante o SNC	358
Janeiro	O SNC e a Gestão da Empresa Agrícola	337
Fev.	O Impacto do SNC na Actividade Empresarial	742
Fev.	Efeito do SNC na Agricultura	1 296
Março	Impacto do SNC na Actividade Empresarial	252
Maio	Impacto do SNC na Actividade Empresarial	202
TOTAL		3 187

Mês	Noites SNC	Part.
Set.	Noites SNC	9 018
Outubro	Noites SNC	10 227
Nov.	Noites SNC	10 249
Dez.	Noites SNC	10 266
TOTAL		39 760

Mês	Reuniões livres	Part.
Janeiro	Livre	1 614
Janeiro	Livre	2 081
Fev.	Livre	1 570
Fev.	Livre	1 726
Março	Livre	1 816
Março	Livre	1 889
Abril	Livre	1 609
Abril	Livre	1 905
Maio	Livre	1 456
Maio	Livre	1 423
Junho	Livre	1 373
Junho	Livre	1 264
Julho	Livre	932
Julho	Livre	1 334
Set.	Livre	2 081
Set.	Livre	3 076
Outubro	Livre	2 036
Outubro	Livre	2 933
Nov.	Livre	1 662
Nov.	Livre	2 328
Dez.	Livre	2 284
TOTAL		38 392

TOTAL GERAL	154 416
--------------------	----------------

vembro e Dezembro realizaram-se em todo o país, para além das tradicionais reuniões livres, em todas as sedes do distrito do Continente e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, as «Noites SNC» onde foram tratados exclusivamente assuntos relacionados com esta temática. A nível nacional, participaram neste evento 39 760 profissionais.

Reuniões livres

Embora não tendo a característica de formação, as reuniões livres consolidaram-se em todo o território nacional, constituindo hoje um ponto de encontro imprescindível para os profissionais, onde, de forma segura e eficiente, são esclarecidos as suas dúvidas. Para uma melhor esclarecimento sobre a formação realizada pela Ordem publica-se a informação, sufi-



cientemente elucidativa do esforço que neste sentido se tem vindo a realizar.

Dos quadros apresentados conclui-se: 154 416 presenças, sendo que 85 447 respeitam a eventos gratuitos, facto que concorreu para a diminuição das receitas da formação.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

No âmbito do relacionamento internacional da Ordem, em 2010, não existiram alterações significativas a assinalar.

A Ordem apresentou o seu pedido de inscrição no IFAC que, segundo informações será analisado na assembleia geral daquela instituição a realizar no próximo mês de Novembro, tudo indiciando a confirmação da inscrição, dado que a Ordem reúne todas as condições para o efeito.

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas já manifestou o seu apoio à concretização desta pretensão.

Quanto à inscrição da Ordem na FEE, pretendemos

conhecer com rigor os custos associados à inscrição no IFAC e só depois tomar uma decisão quanto à inscrição neste organismo.

Entretanto, a Ordem continua a participar activamente, não só nas actividades, mas também nos grupos de trabalho dos organismos em que se encontra inscrita, EFAA e CILEA, desempenhando neste último um lugar de vice-presidente, por intermédio do Bastonário, acompanhando e intervindo na evolução das questões relacionadas com a profissão.

A colaboração e estreitamento de relações com organizações congéneres, como é o caso do Brasil, através do Centro Federal de Contabilidade e Espanha, através do Colégio dos Economistas Espanhóis, tem vindo a sedimentar o relacionamento institucional, propiciando o conhecimento e intercâmbio da profissão naqueles países.

O protocolo assinado no ano de 2010 entre a Ordem e a AECA de Espanha veio abrir novas possibilidades de cooperação entre ambas as entidades, com especial relevo para a História da Contabilidade.

O desenvolvimento da colaboração com os países lusófonos, nomeadamente Angola e Moçambique, aguarda uma clarificação dos interlocutores daqueles países, no sentido de se dar início ao projecto de transferência de conhecimentos.

OUTRAS ACÇÕES

Como é natural e decorre da contingência dos documentos previsionais, a evolução dos factos ou situações podem criar novas necessidades ou realidades cuja previsão não esteja contida naqueles documentos, sem que, no entanto, tal facto lhes retire qualquer mérito.

É o que acontece com algumas realizações que ocorreram em 2010 que, não obstante não estarem previstas, tiveram um impacto muito positivo na profissão, aos mais diversos níveis.

É o caso da conferência realizada em conjunto com a TSF no Porto em que se procurou introduzir respostas e mecanismos positivos na resposta à crise da economia portuguesa, bem como evidenciar, embora de forma indirecta, a importância dos profissionais naquela recuperação.

O «Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses», outro momento alto realizado em 2010, consolidou a imagem da Ordem no domínio da preocupação de conhecermos a realidade económica e financeira do Poder Local, bem como da importância da intervenção dos Técnicos Oficiais de Contas na elaboração da informação contabilística das autarquias locais.

A presença de representantes da Ordem nas primeiras jornadas Luso-Brasileiras de Contabilidade foi mais um acto de consolidação nas excelentes e profícuas relações entre os profissionais portugueses e brasileiros.

A realização de acções conjuntas entre a Ordem, a CAP e a AHRESP, que permitiu uma melhor compreensão dos efeitos e vantagens do SNC nos respectivos sectores, constituiu mais uma oportunidade para uma melhor compreensão do papel a desempenhar pelos Técnicos Oficiais de Contas em articulação com os empresários daqueles sectores.

O QUE NÃO FIZEMOS

Nestas, como em muitas outras coisas da nossa vida, temos que ter a humildade para reconhecer onde erramos, ou justificar o porquê de não termos realizado acções ou factos previstos em detrimento de outros que não estavam previstos.

No decorrer de 2010, não obstante a sua previsão no Plano de Actividades e Orçamento, não foi possível realizar as seguintes actividades:

- Fundo de pensões:

Pelas razões já apontadas no presente relatório, não foi possível concretizar na totalidade o valor previsto para o fundo, tendo-se colocado a importância de 389 243 euros;

- «Casa do TOC»:

Pelas razões já apontadas, não foi possível dotar a verba financeira de 500 mil euros para o projecto da «Casa do TOC», pelo que esta se mantém actualmente, no valor anterior de 1 500 000 euros;

- CD-ROM:

A substituição do actual CD-ROM por um sistema que permita a sua comunicação pela internet, bem como a sua actualização diária, encontra-se concluído e será objecto de testes pelos profissionais em Março;

Site:

Encontra-se em fase final uma nova versão do *site* da Ordem, tudo indiciando a sua entrada em funcionamento entre os meses de Março ou Abril;

Web TV:

Quanto a este projecto, atendendo aos efeitos financeiros nas contas da Ordem com a formação gratuita e as «Noites SNC», foi entendimento do Conselho Directivo não atribuir a este projecto a prioridade em relação a outros, pelo que se adiou a sua implementação para o ano corrente;

A mulher na profissão:

Razões de oportunidade não possibilitaram a realização dos eventos previstos, nem a evolução da criação de um mecanismo de substituição da mulher nas situações de impedimento profissional.

Análise da situação económica e financeira

Introdução

Dando cumprimento ao estatuído, na alínea c) do artigo 35.º do EOTOC, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de Outubro, apresentamos as contas relativas ao ano de 2010.

Como tínhamos previsto no plano de actividades, diversos factores completamente novos surgidos em 2009, trouxeram implicações na vida da nossa Instituição, com reflexos, naturalmente, no plano económico e financeiro que se repercutiram pelo ano de 2010.

Independentemente de, mais à frente, abordarmos com pormenor algumas situações relevantes, passemos à análise dos rendimentos.

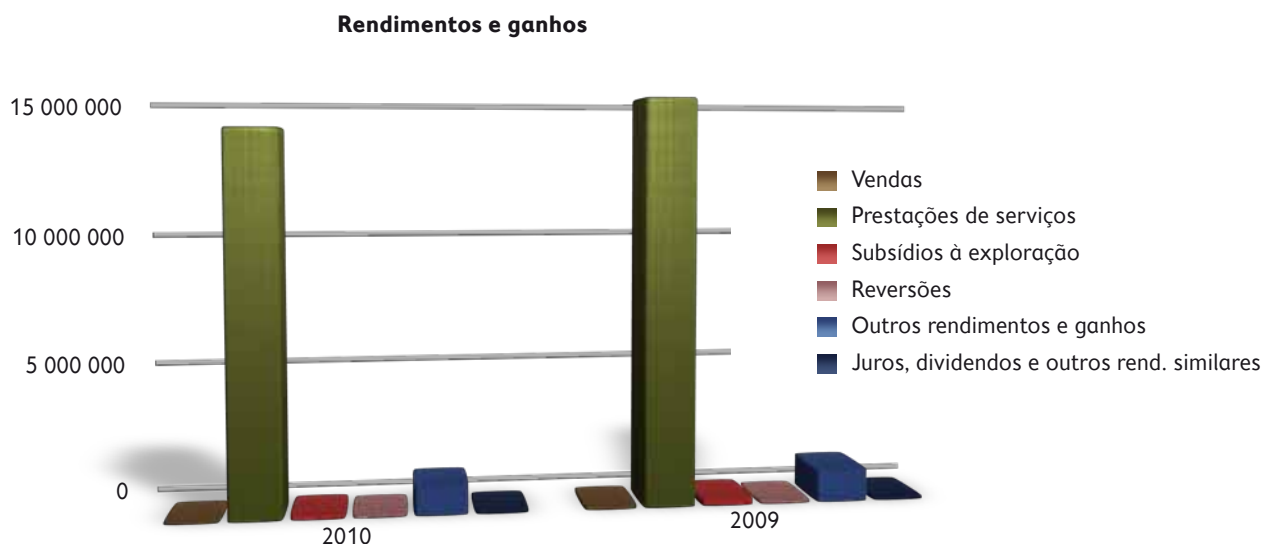
Rendimentos

Para o ano de 2010, a nossa previsão orçamental foi de 16 904 300 euros. No entanto, os valores realizados foram de 15 319 169 euros.

A crise que a nossa economia atravessa também se reflectiu na vida da nossa Instituição. Da análise do mapa seguinte, constata-se uma redução significativa nos rendimentos, que perfaz um total de 1 585 131 euros, correspondente a uma diferença percentual de 9,4 pontos relativamente ao orçamento e de 8,9 pontos relativamente à realização do ano anterior.

Rubricas	Variação (c/a)	Orçamento (a)	2010 (c)	2009 (b)	Variação (c/b)
Rendimentos e ganhos					
Vendas	58.9%	15 200	24 148	87 972	-72.6%
Prestações de serviços	-9.7%	15 583 468	14 078 172	15 199 242	-7.4%
Subsídios à exploração	-14.2%	135 900	116 626	207 462	-43.8%
Reversões	-17.1%	50 000	41 446	66 285	-37.5%
Outros rendimentos e ganhos	-5.5%	1 089 732	1 029 537	1 185 718	-13.2%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	-2.5%	30 000	29 240	77 004	-62.0%
Total	-9.4%	16 904 300	15 319 169	16 823 682	-8.9%

Como se pode verificar neste mapa resumo, a rubrica que merece uma análise mais pormenorizada é a de prestações de serviços. O gráfico seguinte mostra-nos com mais evidência a relação entre os vários componentes do rédito, para o período em análise, quer para o anterior.



Prosseguindo a nossa análise, pela decomposição da conta de prestação de serviços, pode-se verificar que os grandes desvios são os da rubrica de formação. De facto, a formação ministrada pela nossa Instituição, incluindo-se aqui os diversos tipos de formação e ainda os eventos promovidos, teve um desvio negativo total de 1 410 073 euros relativamente ao orçamentado, sendo inferior em 1 131 740 euros relativamente ao ano anterior. A quotização conheceu uma redução de 193 188 euros, relativamente ao orçamentado e, relativamente ao ano anterior, uma baixa de 87 078 euros.

Rendimentos e ganhos	Variação (c/a)	Orçamento (a)	2010 (c)	2009 (b)	Variação (c/b)
Vendas	58,9%	15 200	24 148	87 972	-72,6%
Jóias	-5,1%	112 500	106 800	67 100	59,2%
Quotas - membros efectivos	-1,7%	10 688 256	10 510 788	10 597 110	-0,8%
Quotas - membros em regime de suspensão	-8,0%	197 712	181 992	182 748	-0,4%
Vinhetas	14,8%	100 000	114 818	127 488	-9,9%
Inscrições - acções de formação eventual	1,2%	1 500 000	1 517 696	1 172 784	29,4%
Inscrições - formação permanente	-92,3%	400 000	30 624	493 504	-93,8%
Inscrições - formação segmentada	-23,2%	900 000	691 344	770 058	-10,2%
Inscrições - formação à distância	-56,1%	1 250 000	549 168	1 289 008	-57,4%
Conferências OTOC	-60,2%	300 000	119 495	269 098	-55,6%
Inscrições - 3.º Congresso		-	-	77 215	
Inscrições - formação recorrente		-	31 600	-	

O que se conclui da análise dos quadros é que a rubrica que contribuiu marcadamente para a redução substancial dos rendimentos, no exercício de 2010, foi a formação. Ora, para além da crise que, cremos, reduziu os rendimentos disponíveis dos membros, teve um peso significativo o facto de a nossa Ordem ter ministrado formação gratuita, no decurso dos anos de 2009 e 2010, com uma elevada participação de membros, dado o tema incidir particularmente em matéria nova no exercício de actividade de TOC, resultante da implementação do Sistema de Normalização Contabilística. Assim, os membros, numa única iniciativa, viram minimizadas, por um lado, as suas necessidades de actualização de conhecimentos na sequência da introdução do novo sistema

contabilístico e, por outro lado, o cumprimento das exigências legais de formação profissional, consagradas no regulamento de controlo de qualidade, necessárias ao exercício da nossa actividade.

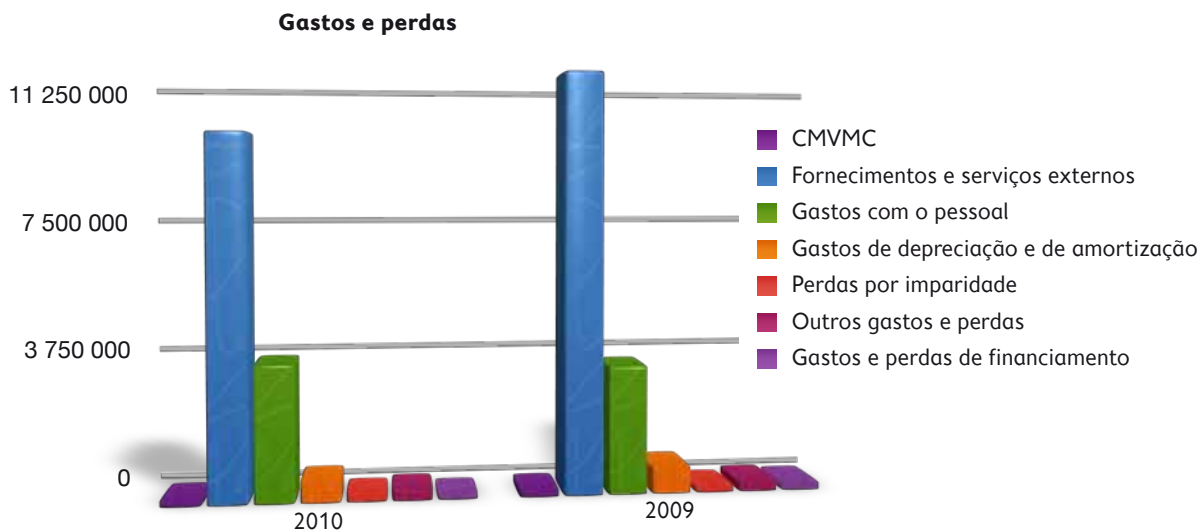
Quanto a outras rubricas de rendimentos, os valores absolutos dos desvios não merecem especial atenção, decorrendo da conjuntura e de outros factos próprios de toda e qualquer actividade.

Gastos e perdas

O total de gastos e perdas previstos, em sede de orçamento, para o ano de 2010 foi de 16 086 350 euros. O realizado foi de 14 789 461 euros. Relativamente ao orçamento, regista-se um desvio de 1 296 889 euros, correspondentes a 8,1 pontos percentuais e, relativamente ao ano anterior, 1 738 117 euros.

Rubricas	Varição (c/a)	Orçamento (a)	2010 (c)	2009 (b)	Varição (c/b)
Gastos e perdas					
CMVMC	107,7%	64 500	133 952	144 972	-7,6%
Fornecimentos e serviços externos	-9,3%	10 993 990	9 967 740	11 642 790	-14,4%
Gastos com o pessoal	4,4%	3 570 200	3 726 050	3 527 323	5,6%
Gastos de depreciação e de amortização	-38,1%	851 800	527 389	696 453	-24,3%
Perdas por imparidade	94,1%	70 000	135 864	115 323	17,8%
Outros gastos e perdas	-23,0%	293 600	226 058	231 410	-2,3%
Gastos e perdas de financiamento	-70,1%	242 260	72 407	169 306	-57,2%
Total	-8,1%	16 086 350	14 789 461	16 527 578	-10,5%

Seguindo o mesmo figurino da análise dos rendimentos, apresentamos o gráfico das diversas rubricas de gastos incorridos nos anos de 2010 e 2009.



A rubrica de custos das mercadorias registou um total de 133 952 euros e um desvio positivo de 69 452 euros, isto é, mais do que duplicou o orçamentado. Este desvio justifica-se com os consumíveis distribuídos nas acções de formação e eventos da Ordem. Outra parte substancial deste valor diz respeito aos custos com as obras publicadas pela nossa Ordem, sobre temas relacionados com o SNC e que, algumas foram colocadas à venda a preço quase simbólico e outras foram distribuídas gratuitamente pelos membros («POC versus SNC»).

Do quadro anterior, constata-se que a principal fonte do desvio se encontra na rubrica de fornecimentos e serviços externos, com uma significativa redução quer em relação ao previsto quer em relação ao período anterior. Como se pode comprovar, relativamente ao exercício de 2009, os gastos com a rubrica de serviços especializados de 2010 registaram uma diminuição de 1 480 044 euros.

Descrição	Orçamento	Valor Real	Desvio Valor	%
Subcontratos	623 380	676 266	52 886	8,5%
Serviços especializados	6 328 200	4 848 156	-1 480 044	-23,4%
Materiais	116 650	172 544	55 894	47,9%
Energia e fluidos	74 500	69 627	-4 873	-6,5%
Deslocações, estadas e transportes	300 000	430 787	130 787	43,6%
Serviços diversos	3 723 160	3 770 359	47 199	1,3%
Total	11 165 890	9 967 740	-1 198 150	-10,7%

Como consequência da redução de rendimentos na área da formação, os gastos com formadores também diminuíram. Por outro lado, com a admissão de pessoal para o Departamento de Consultoria regista-se uma redução de gastos em serviços especializados e honorários de 894 760 euros, conforme mapa abaixo.

Descrição	Orçamento	Valor Real	Desvio Valor
Consultores externos	125 000	75 026	-49 974
Consultores <i>e-learning</i>	325 000	198 993	-126 007
Honorários	2 307 800	1 589 021	-718 780
Total	2 757 800	1 863 040	-894 760

Daqui se conclui que os desvios ocorridos na rubrica de fornecimentos e serviços de terceiros estão principalmente relacionados com os gastos decorrentes da formação. Aliás, outra coisa não seria de esperar, face aos factos que conhecemos em matéria de rendimentos, isto é, os rendimentos da formação foram bastante inferiores ao previsto, obviamente, os gastos acompanharam essa menor procura.

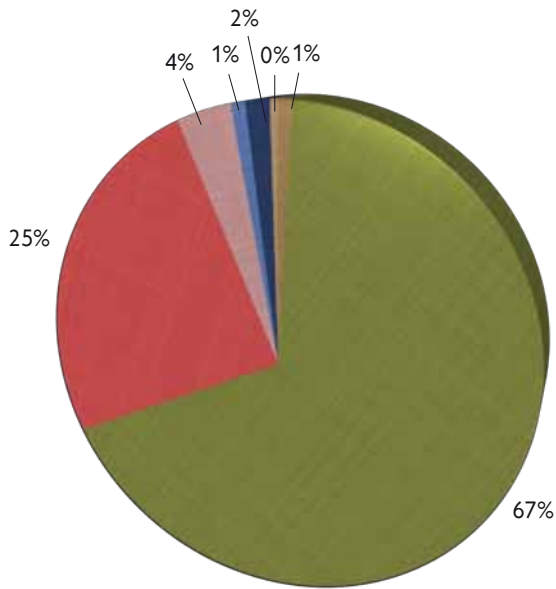
O desvio nos gastos com pessoal resultou da alteração da orgânica institucional da nossa Ordem, dos acertos salariais dos membros que exerciam funções nos órgãos estatutários da OTOC e cessaram o vínculo, por extinção do cargo e/ou em resultado da alteração do novo modelo dos diversos órgãos, bem como pelo alargamento do quadro de pessoal.

O valor das amortizações e ajustamentos orçamentado teve em conta os investimentos previsto em sede de orçamento. Falamos especialmente do investimento em equipamento informático e administrativo relacionado com a Web TV e *e-learning*. No entanto, a evolução da execução orçamental recomendou prudência, pelo que não se concretizou o investimento

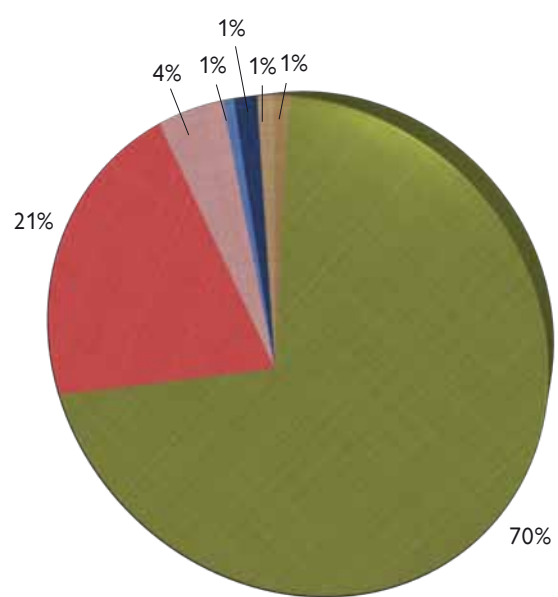
Quanto à rubrica de perdas por imparidade, as novas disposições legais impõem um tratamento diferenciado em função dos prazos de realização.

Os dois gráficos, com os valores das diversas rubricas de gastos dos anos de 2010 e 2009, evidenciam a relação das diversas rubricas e confirmam as conclusões constantes do presente relatório.

FSE 2010



FSE 2009



- CMVMC
- Fornecimentos e serviços externos
- Gastos com o pessoal
- Gastos de depreciação e de amortização
- Perdas por imparidade
- Outros gastos e perdas
- Gastos e perdas de financiamento

Desta análise mais pormenorizada, fica evidenciado que a rubrica serviços especializados é a maior responsável pelo desvio.

A contribuição da Ordem para o fundo de pensões foi de 389 243 euros, ficando aquém 762 490 euros do orçamentado. O valor transferido integrou na totalidade a renda anual do nosso prédio da Avenida 24 de Julho, no valor de 151 733 euros e a contribuição de 237 510 euros. No contexto que se viveu em 2010, não houve capacidade financeira para cumprir o objectivo orçamentado.

Alguns aspectos pertinentes que cabem no presente relatório e relacionados com as contas do ano de 2010: Para melhor esclarecimento dos peso que as acções e projectos virados única, exclusiva e directamente para os membros, apresentamos nos quadros abaixo, as mais relevantes e os seus gastos.

Os gastos com a formação gratuita ascenderam a 519 967 euros, distribuídos pelas seguintes acções desenvolvidas ao longo de 2010.

Acção	Gastos
Reuniões livres	391 999
Noites SNC	124 765
SNC Agricultura	2 060
SNC Hotelaria	1 143
Total	519 967

O quadro abaixo apresenta diversas rubricas de gestão com apoio aos membros que, nas contas em análise consumiram um total de 3 603 378 euros dos nossos recursos financeiros. Assim, com a divulgação desta informação mais pormenorizada, julgamos estar a contribuir para uma maior transparência, divulgação e sensibilização junto de todos os membros da forma como estão a ser geridos os recursos da Instituição.

Departamento	Gastos	% s/ total
Seguro responsabilidade civil	638 269	17,71%
Seguro de saúde	872 995	24,23%
SITOC	373 364	10,36%
Revista «TOC»	976 768	27,11%
Revista «Contabilidade e Gestão»	144 293	4,00%
Revista SNC	61 580	1,71%
Livro SNC/POC	89 757	2,49%
Revista IDEFF	15 072	0,42%
Fundo de pensões	389 243	10,80%
Fundo solidariedade social	42 037	1,17%
Total	3 603 378	

As verbas constantes destes dois últimos quadros correspondem a 41,4 por cento do valor consumido em fornecimentos e serviços externos.

Resultado

Do confronto dos rendimentos e gastos acima analisados, obtém-se um resultado positivo de 529 708 euros, conforme mapa abaixo.

Rubricas	Orçamento	2010	2009
Rendimentos	16 904 300	15 319 169	16 823 682
Gastos	16 086 350	14 789 461	16 527 578
Resultado antes de impostos	817 950	529 708	296 104

Análise financeira

Do que acima se afirmou, face à conjuntura vivida, o ano de 2010 foi, obviamente, difícil. Economicamente, ficamos aquém do que nos propusemos aquando da apresentação do orçamento para 2010. A verdade, porém, é que a crise económica e financeira nos obrigou a corrigir as previsões e alinhar a nossa actividade em função da economia real. Esta realidade afectou a execução orçamental e a realização financeira.

Apesar disso, conseguimos encerrar o ano sem recurso a financiamentos e com uma dívida a fornecedores inferior à do ano anterior, apesar de, como é conhecimento de todos, termos realizado uma formação eventual extraordinária que terminou no mês de Dezembro.



A autonomia financeira, face ao balanço de 2010, regista o valor de 55,3 por cento e um crescimento face ao anterior período de 2,6 pontos percentuais. Por outro lado, o rácio da liquidez geral é 1,14, o que reflecte as dificuldades financeiras atrás referidas e uma redução face ao ano de 2009 que foi de 1,7.

Investimentos

O ano de 2010 registou um investimento total de 336 020 euros, distribuídos pelo equipamento administrativo, outros activos tangíveis e investimentos em curso.

A informática é um dos sectores fundamentais da nossa Instituição, em matéria de investimentos. Este departamento exige um investimento permanente e continuado para poder responder da melhor forma aos membros, daí o investimento mais significativo ter sido na classe de equipamento administrativo, apesar de, como atrás se afirmou, não termos cumprido os objectivos propostos em termos de investimento nesta área.

Os investimentos em curso conforme mapa dizem respeito a equipamentos que estavam em fase de preparação e instalação no Departamento de Sistemas de Informação.

Investimentos	2010	2009
Terrenos e recursos naturais	0	157 489
Edifícios e outras construções	0	626 419
Equipamento de transporte	0	26 073
Equipamento administrativo	239 116	195 198
Outros activos fixos tangíveis	46 800	0
Investimentos em curso - Activos tangíveis	50 105	32 940
Total	336 020	1 038 119

Balanço

Rubricas	Notas	2010	2009
Activo			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6/7	14 722 039	14 906 372
Propriedades de Investimento	8	2 259 641	2 299 616
Outros activos financeiros	14.5	250 000	250 000
Activos por impostos diferidos			
Subtotal		17 231 679	17 455 988
Activo corrente			
Inventários	9	107 474	43 227
Adiantamentos a fornecedores	14.1	3 330	0
Membros	14.1/14.2	2 731 582	1 912 570
Outras contas a receber	14.1	124 435	218 284
Diferimentos	16.2	245 458	278 147
Caixa e depósitos bancários	14.3	880 748	1 796 738
Subtotal		4 093 028	4 248 966
Total do activo		21 324 707	21 704 954
Fundo social e passivo			
Fundo social			
Fundo social	16.3	11 178 572	10 968 449
Resultados transitados	5	-127 965	-22 207
Outras variações do fundo social	16.3	207 962	229 409
Subtotal		11 258 569	11 175 651
Resultado líquido do exercício		523 338	124 955
Total do fundo social		11 781 907	11 300 606
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	14.4	5 941 208	6 580 389
Subtotal		5 941 208	6 580 389
Fornecedores	14.1	887 539	995 556
Estado e outros entes públicos	16.1	146 015	215 631
Financiamentos obtidos	14.4	641 271	646 015
Outras contas a pagar	14.1/15	1 203 179	1 383 954
Diferimentos	16.2	723 590	582 802
Subtotal		3 601 593	3 823 959
Total do passivo		9 542 801	10 404 347
Total do fundo social e do passivo		21 324 707	21 704 954

Demonstração dos resultados por naturezas

Rendimentos e Gastos	Notas	2010	2009
Vendas e serviços prestados	10	14 102 320	15 287 056
Subsídios à exploração		116 626	207 462
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-133 952	-176 320
Fornecimentos e serviços externos		-9 967 740	-11 735 274
Gastos com pessoal	15	-3 726 050	-3 527 323
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14.2	-94 418	-49 038
Outros rendimentos e ganhos	8/10/11	1 029 537	1 185 718
Outros gastos e perdas		-226 058	-235 386
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 100 265	956 894
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6	-527 389	-696 453
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		572 876	260 442
Juros e rendimentos similares obtidos	10	29 240	77 004
Juros e gastos similares suportados		-72 407	-169 306
Resultado antes de impostos		529 708	168 139
Impostos sobre o rendimento do período	13	-6 370	-43 184
Resultado líquido do período		523 338	124 955

Demonstração de fluxos de caixa

Rubricas	Notas	2010	2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de membros		15 208 522	17 297 713
Pagamentos a fornecedores		-12 089 058	-13 468 133
Pagamentos ao pessoal		-3 561 487	-3 373 270
Caixa gerada pelas operações		-442 023	456 310
Outros recebimentos/pagamentos		178 160	83 006
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-263 863	539 316
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-113 216	-784 243
Investimentos financeiros		-250 000	-100 000
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		401 733	376 464
Juros e rendimentos similares		24 328	79 241
Imobilizações incorpóreas		0	0
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		62 845	-428 539
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		890 000	500 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos de depósitos bancários		-890 000	-500 000
Financiamentos obtidos de locação financeira		-643 925	-605 837
Juros e gastos similares		-71 047	-146 348
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-714 972	-752 184
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-915 990	-641 408
Efeitos das diferenças de câmbio		81	-85
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 796 738	2 438 145
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.2	880 748	1 796 738

Demonstração das alterações do fundo social nos períodos 2009 e 2010

Descrição	Fundo Social	Reservas Fundo Social	Resultados transitados	Reservas de reavaliação	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	9 911 667	240 602	1 066 180	0	0	11 218 449
Outras variações	1 056 782	-11 193	-1 088 387	0	252 920	210 122
Posição em 31 de Dezembro de 2009 (SNC)	10 968 449	229 409	-22 207	0	252 920	11 428 571
Correcções de erros por efeitos retrospectivos					-127 965	-127 965
Posição em 31 de Dezembro de 2009 reeexpressa	10 968 449	229 409	-22 207	0	124 955	11 300 606
Posição em 1 de Janeiro de 2010 (SNC)	10 968 449	229 409	-22 207	0	252 920	11 428 572
Resultado exercício de 2009			252 920		-252 920	0
Outras variações	210 122	-21 447	-358 679	0	523 338	353 335
Posição em 31 de Dezembro de 2010 (SNC)	11 178 572	207 962	-127 965	0	523 338	11 781 907

Execução orçamental

Rubricas	Variação (c/a)	Orçamento (a)	2010 (c)	2009 (b)	Variação (c/b)
Rendimentos e ganhos					
Vendas	58,9%	15 200	24 148	87 972	-72,6%
Prestações de serviços	-9,7%	15 583 468	14 078 172	15 199 242	-7,4%
Subsídios à exploração	-14,2%	135 900	116 626	207 462	-43,8%
Reversões	-17,1%	50 000	41 446	66 285	-37,5%
Outros rendimentos e ganhos	-5,5%	1 089 732	1 029 537	1 185 718	-13,2%
Juros dividendos e outros rendimentos similares	-2,5%	30 000	29 240	77 004	-62,0%
Total	-9,4%	16 904 300	15 319 169	16 823 682	-8,9%
Gastos e perdas					
CMVMC	107,7%	64 500	133 952	144 972	-7,6%
Fornecimentos e serviços externos	-9,3%	10 993 990	9 967 740	11 642 790	-14,4%
Gastos com o pessoal	4,4%	3 570 200	3 726 050	3 527 323	5,6%
Gastos de depreciação e de amortização	-38,1%	851 800	527 389	696 453	-24,3%
Perdas por imparidade	94,1%	70 000	135 864	115 323	17,8%
Outros gastos e perdas	-23,0%	293 600	226 058	231 410	-2,3%
Gastos e perdas de financiamento	-70,1%	242 260	72 407	169 306	-57,2%
Total	-8,1%	16 086 350	14 789 461	16 527 578	-10,5%

Rendimentos e ganhos	Varição (c/a)	Orçamento (a)	2010 (c)	2009 (b)	Varição (c/b)
Vendas	58,9%	15 200	24 148	87 972	-72,6%
Jóias	-5,1%	112 500	106 800	67 100	59,2%
Quotas - membros efectivos	-1,7%	10 688 256	10 510 788	10 597 110	-0,8%
Quotas - membros em regime de suspensão	-8,0%	197 712	181 992	182 748	-0,4%
Vinhetas	14,8%	100 000	114 818	127 488	-9,9%
Inscrições - acções de formação eventual	1,2%	1 500 000	1 517 696	1 172 784	29,4%
Inscrições - formação permanente	-92,3%	400 000	30 624	493 504	-93,8%
Inscrições - formação segmentada	-23,2%	900 000	691 344	770 058	-10,2%
Inscrições - formação à distância	-56,1%	1 250 000	549 168	1 289 008	-57,4%
Conferências OTOC	-60,2%	300 000	119 495	269 098	-55,6%
Inscrições - 3.º Congresso		-	-	77 215	
Inscrições - formação recorrente		-	31 600	-	
Multas de processos disciplinares	65,8%	135 000	223 847	153 129	46,2%
Patrocínios	-14,2%	135 900	116 626	207 462	-43,8%
Reversões	-17,1%	50 000	41 446	66 285	-37,5%
Encontro Nacional dos TOC	56,6%	8 000	12 526	8 381	49,5%
Taxa de indeferimento de candidaturas		3 600	42 175	62 200	-32,2%
Reinscrições	-30,0%	9 750	6 825	8 625	-20,9%
Publicidade	-37,5%	124 000	77 560	94 993	-18,4%
Exame a TOC	2,8%	617 200	634 400	763 300	-16,9%
Taxas e emolumentos	57,9%	37 782	59 651	48 788	22,3%
Outros rendimentos	-67,6%	137 667	44 667	47 697	-6,4%
Rendimentos e ganhos em investimentos	-0,0%	151 733	151 733	151 733	-0,0%
Juros dividendos e outros rendimentos similares	-2,5%	30 000	29 240	77 004	-62,0%
Total	-9,4%	16 904 300	15 319 169	16 823 682	-8,9%

Gastos e perdas	Varição (c/a)	Orçamento (a)	2010 (c)	2009 (b)	Varição (c/b)
Materiais de consumo	107,7%	64 500	133 952	144 972	-7,6%
Vinhetas		-	3 229	3 657	-11,7%
Serviços impressão-Revistas	14,2%	332 500	379 865	297 709	27,6%
SITOC	0,8%	290 880	293 173	288 182	1,7%
CD-ROM — ATD		-	-	8 669	
Trabalhos especializados	-12,6%	1 881 700	1 645 518	2 245 456	-26,7%
Publicidade	61,2%	304 000	490 085	249 812	96,2%
Vigilância e segurança	6,6%	68 400	72 936	66 573	9,6%
Honorários	-31,1%	2 307 800	1 589 021	2 030 154	-21,7%
Comissões			7 563		
Conservação e reparação	10,2%	402 000	442 951	422 051	5,0%
Serviços bancários	-5,4%	171 900	162 556	182 012	-10,7%
Materiais	47,9%	116 650	172 544	164 224	5,1%
Electricidade	-12,7%	57 600	50 284	56 051	-10,3%
Combustíveis	19,7%	10 000	11 968	9 308	28,6%
Água	6,9%	6 900	7 375	6 144	20,0%
Deslocações e estadas	43,6%	300 000	430 787	428 883	0,4%
Rendas e alugueres	-12,0%	640 300	563 593	985 125	-42,8%
Comunicação	-23,0%	432 910	333 149	316 631	5,2%
Correio	29,5%	936 800	1 213 566	969 198	25,2%
Seguros	-36,2%	52 850	33 725	30 542	10,4%
Seguros de responsabilidade civil dos TOC	-1,8%	650 000	638 269	643 557	-0,8%
Seguro de saúde TOC	-0,1%	874 000	872 995	871 902	0,1%
Contencioso e notariado	30,7%	12 300	16 078	14 491	11,0%
Despesas de representação	-39,2%	65 000	39 498	97 358	-59,4%
Limpeza, higiene e conforto	0,8%	59 000	59 485	56 222	5,8%
Publicações obrigatórias		7 400	-	6 350	
Fundo de pensões	-66,2%	1 151 733	389 243	1 151 733	-66,2%
Outros fornecimentos	45,1%	33 267	48 285	40 798	18,4%
Vencimentos - Órgãos da OTOC	23,2%	636 337	783 952	809 238	-3,1%
Encargos - Órgãos da OTOC	15,4%	124 513	143 628	159 752	-10,1%
Vencimentos - pessoal	-3,7%	2 298 960	2 214 108	2 060 186	7,5%
Encargos - pessoal	3,8%	425 180	441 234	387 985	13,7%
Seguros de acidentes de trabalho	6,9%	19 962	21 348	18 963	12,6%
Custos da acção social	54,7%	18 500	28 625	19 425	47,4%
Outros custos com pessoal	99,3%	46 748	93 155	71 774	29,8%
Outros custos e perdas operacionais				31 400	-100,0%
Gastos de depreciação e de amortização - Activos fixos tangíveis	-40,0%	811 825	487 414	656 478	-25,8%
Gastos de depreciação e de amortização - Propriedades de investimento	-0,0%	39 975	39 975	39 975	0,0%
Ajustamentos de dívidas de membros	94,1%	70 000	135 864	115 323	17,8%
Impostos	-5,7%	40 100	37 825	36 261	4,3%
Perdas em existências	-10,2%	4 000	3 593	1 602	124,3%
Quotizações	-77,8%	127 400	28 300	34 899	-18,9%
Apoios e patrocínios	290,2%	17 100	66 725	25 695	159,7%
Protocolo com países lusófonos	-100,0%	100 000	0	100 000	-100,0%
Juros de financiamento obtidos	2,9%	70 360	72 407	169 222	-57,2%
Outros gastos e perdas		5 000	89 615	1 638	
Total	-8,1%	16 086 350	14 789 461	16 527 578	-10,5%

ANEXO

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 - Designação da entidade

Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

1.2 - Sede

Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45, em Lisboa

1.3 – NIPC

503 692 310

1.4 - Natureza da actividade

A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) é uma pessoa colectiva pública de natureza associativa, criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/09, de 26 de Outubro. À OTOC compete representar, mediante inscrição obrigatória, os interesses profissionais dos Técnicos Oficiais de Contas e superintender em todos os aspectos relacionados com o exercício da profissão.

1.5 - Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Dada a inexistência de um modelo contabilístico específico das Ordens/associações de profissionais, as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2010, face ao previsto no n.º 2 do art.º 3.º desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da OTOC.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de contas);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas contabilísticas e de relato financeiro)
- Aviso n.º 15654/2009, de 7 de Setembro (Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades)
- Aviso n.º 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas interpretativas 1 e 2).

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2009, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

2.4 - Adopção pela primeira vez das NCRF - divulgação transitória:

Até 31 de Dezembro de 2009, a OTOC elaborou, aprovou e publicou demonstrações financeiras, de acordo com os PCGA anteriores previstos no POC aplicável à generalidade das empresas, com as devidas adaptações em função das necessidades de relato financeiro da OTOC. O balanço e a demonstração dos resultados por naturezas, demonstração das alterações no fundo social e da demonstração dos fluxos de caixa, relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentados para efeitos comparativos, foram ajustados de forma a estarem de acordo com as NCRF.

a) Forma como a transição dos PCGA anteriores para as NCRF afectou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados;

Os efeitos no balanço em 1 de Janeiro de 2009 da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para as demonstrações financeiras reexpressas, em conformidade com o SNC em vigor a 1 de Janeiro de 2010, detalham-se da seguinte forma:

Balanço em 1 de Janeiro de 2009

	POC	Ajustamentos e reclassificações	SNC
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	14 704 732		14 704 732
Propriedades de investimento	2 339 590		2 339 590
Outros activos financeiros	100 000		100 000
Total do activo não corrente	17 144 322	0	17 144 322
Activo corrente:			
Inventários	49 590	0	49 590
Adiantamentos a fornecedores	5 681	0	5 681
Estado e outros entes públicos	0	0	0
Membros	2 231 449	0	2 231 449
Outras contas a receber	216 073	0	216 073
Diferimentos	194 470	0	194 470
Activos financeiros detidos para negociação	0	0	0
Outros activos financeiros	0	0	0
Activos não correntes detidos para venda	0	0	0
Caixa e depósitos bancários	2 438 145	0	2 438 145
Total do activo corrente	5 135 407	0	5 135 407
Total do activo	22 279 729	0	22 279 729

	POC	Ajustamentos e reclassificações	SNC
Fundo social:			
Fundo social	9 911 667	0	9 911 667
Acções (quotas) próprias	0	0	0
Outros instrumentos de capital próprio	0	0	0
Prémios de emissão	0	0	0
Reservas legais	0	0	0
Outras reservas	0	0	0
Resultados transitados	1 066 180	0	1 066 180
Ajustamentos em activos financeiros	0	0	0
Excedentes de revalorização	0	0	0
Outras variações do fundo social	240 602	0	240 602
Total do fundo social	11 218 449	0	11 218 449
Passivo:			
Passivo não corrente:			
Provisões			
Financiamentos obtidos	7 304 946	0	7 304 946
Total do passivo não corrente	7 304 946	0	7 304 946
Passivo corrente:			
Fornecedores	491 431	0	491 431
Adiantamentos de clientes	0	0	0
Estado e outros entes públicos	157 828	0	157 828
Accionistas/sócios	0	0	0
Financiamentos obtidos	556 200	-28 906	527 294
Outras contas a pagar	1 922 343	28 906	1 951 249
Diferimentos	628 532	0	628 532
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0
Outros passivos financeiros	0	0	0
Passivos não correntes detidos para venda	0	0	0
Total do passivo corrente	3 756 334	0	3 756 334
Total do passivo	11 061 280	0	11 061 280
Total do fundo social e passivo	22 279 729	0	22 279 729

b) Reconciliação do fundo social relatado segundo os PCGA anteriores com o fundo social segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os PCGA anteriores;

A reconciliação entre o fundo social, de acordo com o POC e o SNC, em 1 de Janeiro de 2009, detalha-se da seguinte forma:

Reconciliação do fundo social	Fundo social	Reservas fundo social	Resultados transitados	Reservas de reavaliação	Resultado líquido do período	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	9 911 667	240 602	1 066 180	0	0	11 218 449
Outras variações	1 056 782	-11 193	-1 088 387	0	252 920	210 122
Saldo em 31 de Dezembro de 2009 (SNC)	10 968 449	229 409	-22 207	0	252 920	11 428 571

c) Reconciliação do resultado relatado segundo os PCGA anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado segundo as NCRF relativo ao mesmo período;

A reconciliação do resultado líquido de acordo com o POC e o SNC, em 31 de Dezembro de 2009, detalha-se da seguinte forma:

Reconciliação do resultado líquido do período	31-12-2009
POC	252 920
SNC	252 920

Decorrente dos ajustamentos indicados, a demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, reexpressa de acordo com o SNC, é como segue:

Rendimentos e gastos	POC	Ajustamentos e reclassificações	SNC
Vendas e serviços prestados	15 287 214		15 287 214
Subsídios à exploração	207 462		207 462
Trabalhos para a própria entidade	0		0
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-144 972		-144 972
Fornecimentos e serviços externos	-11 460 778	-182 012	-11 642 790
Gastos com o pessoal	-3 527 323		-3 527 323
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0		0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-49 038		-49 038
Provisões	0		0
Aumentos/reduções de justo valor	0		0
Outros rendimentos e ganhos	1 185 718		1 185 718
Outros gastos e perdas	-231 410		-231 410
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 266 872	-182 012	1 084 860
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-656 478	-39 975	-696 453
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis	0	0	0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	610 393	-221 987	388 407
Juros e rendimentos similares obtidos	77 004		77 004
Juros e gastos similares suportados	-391 293	221 987	-169 306
Resultado antes de impostos	296 104	0	296 104
Imposto sobre o rendimento do período	-43 184		-43 184
Resultado líquido do período	252 920	0	252 920

d) As primeiras demonstrações financeiras de acordo com o NCRF são as demonstrações apresentadas.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da OTOC, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 e 8 anos
Outros activos fixos tangíveis	Entre 2 e 8 anos

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes activos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

LOCAÇÕES

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os activos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos activos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e valorização do capital investido, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da actividade corrente.

As propriedades de investimentos são mensuradas ao custo. Os custos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto no período a que se referem.

IMPARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

À data de fecho é efectuada a actualização cambial de saldos existentes em moeda física na entidade. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, são registadas como rendimentos e/ou gastos na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria colectável estimada, tendo em conta os rendimentos comerciais sujeitos (manuais de formação, livro «Anotações ao SNC», patrocínios, publicidade na Revista «TOC», inscrições ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Créditos).

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Membros e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos membros estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de «outros terceiros» ao custo.

As dívidas de membros ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos

bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Directivo.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes susceptíveis de divulgação.

3.2 - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da OTOC.

4 – FLUXOS DE CAIXA:

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	Conta	Montante	Observações
Caixa	11	21 744	Inclui valores recebidos, cujo depósito foi efectuado no mês de Janeiro
Total de caixa		21 744	
Depósitos á ordem	12	259 004	
Depósitos a prazo	13	600 000	
Total de depósitos bancários		880 748	

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método directo, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da OTOC.

5 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Foram detectados alguns erros relativamente ao período anterior, os quais foram corrigidos por reexpressão retrospectiva, nas correpondentes rubricas do exercício de 2009, de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo reexpresso respeita a característica qualitativa da comparabilidade.

BALANÇO

Rubricas	Notas	2010	2009	Reex- pressão	2009
A c t i v o					
Activo não corrente					
Activos fixos tangíveis	6/7	14 722 039	14 906 372		14 906 372
Propriedades de Investimento	8	2 259 641	2 299 616		2 299 616
Outros activos financeiros	14.5	250 000	250 000		250 000
Activos por impostos diferidos					
Subtotal		17 231 679	17 455 988		17 455 988
Activo corrente					
Inventários	9	107 474	43 227		43 227
Adiantamentos a fornecedores	14.1	3 330	0		
Membros	14.1/14.2	2 731 582	1 912 570		1 912 570
Outras contas a receber	14.1	124 435	218 284		218 284
Diferimentos	16.2	245 458	278 147		278 147
Caixa e depósitos bancários	14.3	880 748	1 796 738		1 796 738
Subtotal		4 093 028	4 248 966		4 248 966
Total do activo		21 324 707	21 704 954		21 704 954
Fundo social e passivo					
Fundo social					
Fundo social	16.3	11 178 572	10 968 449		10 968 449
Resultados transitados	5	-127 965	-22 207		-22 207
Outras variações do fundo social	16.3	207 962	229 409		229 409
Subtotal		11 258 569	11 175 651		11 175 651
Resultado liquido do período		523 338	124 955	-127 965	252 920
Total do fundo social		11 781 907	11 300 606	-127 965	11 428 572
P a s s i v o					
Passivo não corrente					
Financiamentos obtidos	14.4	5 941 208	6 580 389		6 580 389
Subtotal		5 941 208	6 580 389		6 580 389
Fornecedores	14.1	887 539	995 556	38 039	957 517
Estado e outros entes publicos	16.1	146 015	215 631		215 631
Financiamentos obtidos	14.4	641 271	646 015		646 015
Outras contas a pagar	14.1/15	1 203 179	1 383 954	89 926	1 294 028
Diferimentos	16.2	723 590	582 802		582 802
Subtotal		3 601 593	3 823 959	127 965	3 695 993
Total do passivo		9 542 801	10 404 347	127 965	10 276 382
Total do fundo social e do passivo		21 324 707	21 704 954		21 704 954

Demonstração dos resultados por naturezas

Rendimentos e Gastos	Notas	2010	2009	Reexpressão	2009
Vendas e serviços prestados	10	14 102 320	15 287 056	-158	15 287 214
Subsídios à exploração		116 626	207 462		207 462
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-133 952	-176 320	-31 348	-144 972
Fornecimentos e serviços externos		-9 967 740	-11 735 274	-92 484	-11 642 790
Gastos com pessoal	15	-3 726 050	-3 527 323		-3 527 323
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14.2	-94 418	-49 038		-49 038
Outros rendimentos e ganhos	8/10/11	1 029 537	1 185 718		1 185 718
Outros gastos e perdas		-226 058	-235 386	-3 976	-231 410
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 100 265	956 894	-127 965	1 084 860
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6	-527 389	-696 453		-696 453
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		572 876	260 442	-127 965	388 407
Juros e rendimentos similares obtidos	10	29 240	77 004		77 004
Juros e gastos similares suportados		-72 407	-169 306		-169 306
Resultado antes de impostos		529 708	168 139	-127 965	296 104
Impostos sobre o rendimento do período	13	-6 370	-43 184		-43 184
Resultado líquido do período		523 338	124 955	-127 965	252 920

6 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

- Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciação acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31/12/2009	Adições	Revalorizações	Abate	Transferência	31/12/2010
Terrenos e recursos naturais	3 027 555					3 027 555
Edifícios e outras construções	12 435 144					12 435 144
Equipamento básico	0					0
Equipamento de transporte	202 182					202 182
Equipamento administrativo	3 251 161	239 116		3 909		3 486 368
Equipamentos biológicos	0					0
Outros activos tangíveis	227 892	46 800				274 692
Investimentos em curso - activos tangíveis	32 940	70 130			52 966	50 105
Activo tangível bruto	19 176 875	356 046	0	3 909	52 966	19 476 046
Depreciações acumuladas	4 270 502	487 414		3 909		4 754 007
Perdas por imparidade e reversões acumul.	0					0
Depreciação acumulada	4 270 502	487 414	0	3 909	0	4 754 007
Activo tangível líquido	14 906 372	-131 368	0	0	52 966	14 722 039

7 – LOCAÇÕES:

Locação financeira

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de activo:

Activo não corrente Activo fixo tangível	Valor de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Sede - Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45	9 583 129	718 735	8 864 394

A depreciação incide sobre o valor de aquisição (inclui IMT), adicionado das despesas com a celebração da escritura e deduzidos de 25 por cento do valor do terreno, que não é depreciablel.

b) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Ano 2011	> 1 ano e = 5 anos	>5 anos	Total
Banco Comercial Português Contrato n.º 450002473	641 271	2 653 119	3 288 089	6 582 479
Total das locações financeiras	641 271	2 653 119	3 288 089	6 582 479

LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2009, as responsabilidades reflectidas na demonstração da posição financeira da entidade relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Ano 2010: 643 925 euros

Ano 2011: 641 271 euros

Ano 2012: 649 956 euros

Ano 2013 e seguintes: 5 291 252 euros

Total de médio e longo prazo: 5 941 207 euros

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO:

Modelo aplicado

A entidade optou por contabilizar as suas propriedades de investimento ao modelo do custo. Para maior detalhe sobre a política contabilística adoptada consultar a nota 3.

Quantias reconhecidas nos resultados para:

Quantias reconhecidas como rendimento, na demonstração dos resultados provenientes das propriedades de investimento:

Identificação da propriedade de investimento	Montante considerado em rendimentos do período
Avenida 24 de Julho, n.º 58, em Lisboa	151 733

Aplicação modelo do custo:

a) As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta em sistema de duodécimos;

b) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas; 50 anos taxa aplicada 2%.

A variação ocorrida nas quantias escrituradas da propriedade de investimento no início e no fim do período, resumem-se a:

Identificação da propriedade de investimento	31-12-2010
Avenida 24 de Julho, n.º 58, em Lisboa	
Quantia bruta escriturada inicial	
Terrenos e recursos naturais	236 638
Edifícios e outras construções	2 196 226
Total	2 432 864
Depreciações acumuladas iniciais	133 249
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	0
Quantia líquida escriturada inicial	2 299 616
Adições	0
Transferência para activos não correntes detidos para venda	0
Depreciações reconhecidas no período	39 975
Perdas/reversão por imparidade reconhecida no período	0
Outros movimentos	0
Saldo no final do período	2 259 641

9 – INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio e o Sistema de Inventário Permanente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

Rubricas	12/31/2010			12/31/2009		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	87 980		87 980	34 426		34 426
Mercadorias	19 495		19 495	8 801		8 801
Total	107 474	0	107 474	43 227	0	43 227

Quantia de inventários reconhecida como gastos durante o período

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, detalham-se conforme segue:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Saldo inicial	8 801	34 426
Compras	50 869	147 331
Regularizações	-	-
Saldo final	-19 495	-87 980
Gastos no exercício	40 175	93 777

10 – RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

RUBRICAS	12/31/2010	12/31/2009	Variação
Vendas			
Livros	18 439	74 400	-55 961
Brochuras acções de formação	5 710	5 657	53
Aplicação informática ATD	0	7 915	0
Prestação de serviços			
Jóias	106 800	67 100	39 700
Quotização			
Quotização - Membros efectivos	10 510 788	10 597 110	-86 322
Quotização - Membros suspensos	181 992	182 748	-756
Inscrições acções de formação:			
Formação eventual	1 517 696	1 172 784	344 912
Formação segmentada	691 344	770 058	-78 714
Formação permanente	30 624	493 504	-462 880
Formação à distância	549 168	1 289 008	-739 840
Formação recorrente	31 600	-	0
Conferências	119 495	346 313	-226 818
Vinhetas	114 818	127 488	-12 670
Multas	223 847	153 129	70 718
Outros rendimentos e ganhos			
Encontro Nacional dos TOC	12 526	8 381	4 145
Taxas e emolumentos	743 051	882 913	-139 862
Publicidade	77 560	94 993	-17 433
Patrocínios	116 626	207 462	-90 836
Rendas de propriedades de investimentos	151 733	151 733	0
Juros			
Depósitos bancários	29 240	77 004	-47 764
Total	15 233 056	16 709 699	-1 500 329

11 – EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio divulgadas pelo Banco de Portugal:

MOEDA	12/31/2010	12/31/2009
\$ Dólar	1,3312	1,4406

12 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram aprovadas pelo Conselho Directivo e autorizadas para emissão em 23 de Fevereiro de 2011.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

13 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser detalhados como segue:

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como segue:

Descrição	12/31/2010	12/31/2009
Resultado antes de impostos	529 708	168 139
Resultado antes de impostos sujeito	31 851	215 921
Taxa de imposto	20,00%	20,00%
Imposto esperado	6 370	43 184
Imposto sobre o rendimento	6 370	43 184
Taxa efectiva de imposto	20,00%	20,00%

14 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

14.1 - Fornecedores/membros/outras contas a receber e a pagar/pessoal

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de fornecedores/membros/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Activos e passivos correntes

Descrição	12/31/2010			12/31/2009			
	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Activos financeiros reexpressos	Total
Activos							
Membros	3 773 508	1 041 925	2 731 582	2 860 077	947 507		1 912 570
Adiantamentos a fornecedores	3 330		3 330	0			0
Outras contas a receber	124 435		124 435	218 284			218 284
Total do activo	3 901 273	1 041 925	2 859 348	3 078 361	947 507		2 130 854
Passivos							
Fornecedores	887 539		887 539	957 517		38 039	995 556
Outras contas a pagar	1 203 179		1 203 179	1 294 028		89 926	1 383 954
Total do passivo	2 090 717	0	2 090 717	2 251 545	0	127 965	2 379 510
Total líquido	1 810 556	1 041 925	768 630	826 816	947 507	-127 965	-248 656

14.2 - Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber, o cálculo é efectuado de acordo com a antiguidade da dívida

Imparidades acumuladas de acordo com a antiguidade dos valores em dívida	Dívidas dos Membros	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos Membros	%
Até 12 meses	1 486 044	0	0,00%
De 13 a 18 meses	200 928	30 139	15,00%
De 19 a 24 meses	125 927	31 482	25,00%
Superior a 25 meses	1 960 609	980 304	50,00%
Total	3 773 508	1 041 925	

Perdas por imparidade em activos financeiros ao custo

Descrição	12/31/2010		
	Perdas por imparidade do período	Reversões de perdas por imparidade	Total
Dívidas a receber			
Membros	135 864	41 446	94 418
Total	135 864	41 446	94 418

14.3 - Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	12/31/2010	12/31/2009
Caixa e depósitos bancários		
Activos		
Caixa	21 744	18 733
Depósitos à ordem	259 004	278 005
Outros depósitos bancários	600 000	1 500 000
Total	880 748	1 796 738

14.4 - Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de «Financiamentos obtidos», por via da locação financeira (ver nota 7), apresentava a seguinte decomposição:

Instituições de crédito e sociedades financeiras	31-12-2010			31-12-2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Banco Comercial Português	641 271	5 941 208	6 582 479	646 015	6 580 389	7 226 404
Total	641 271	5 941 208	6 582 479	646 015	6 580 389	7 226 404

	31-12-2010	31-12-2009
Financiamentos obtidos - Não correntes		
1 a 2 anos	649 956	652 270
2 a 3 anos	658 759	658 434
3 a 4 anos	667 681	664 657
4 a 5 anos	676 723	670 938
Mais de 5 anos	3 288 089	3 934 090
Total	5 941 208	6 580 389

14.5 – Outros activos financeiros

Descrição	12/31/2010			12/31/2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos						
Outros investimentos financeiros						
Fundo de solidariedade social		250 000	250 000		250 000	250 000
Total		250 000	250 000		250 000	250 000

15 – Benefícios de empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com pessoal	31/12/2010
Remunerações dos membros dos Órgãos da OTOC	783 952
Encargos s/ remun.dos membros Órgãos da OTOC	143 628
Outros gastos	6 492
Remunerações do pessoal da OTOC	2 214 108
Encargos sobre remunerações do pessoal OTOC	441 234
Outros gastos	136 636
Total	3 726 050

A rubrica «outros gastos» inclui gastos com a medicina no trabalho, formação, seguro de saúde e seguro de acidentes de trabalho.

16 – Outras informações

16.1 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	12/31/2010			12/31/2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Estado e outros entes públicos						
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	105		105	23 374		23 374
Retenção de impostos sobre rendimentos	74 580		74 580	95 571		95 571
Imposto sobre o valor acrescentado	7 386		7 386	30 723		30 723
Contribuições para a segurança social	63 944		63 944	65 964		65 964
Total	146 015	0	146 015	215 631	0	215 631

16.2 - Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	12/31/2010			12/31/2009		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos						
Gastos a reconhecer						
Contratos de manutenção <i>software</i>	86 157		86 157	81 145		81 145
Material de economato	51 796		51 796	25 891		25 891
Juros - Contrato <i>leasing</i>	5 490		5 490	4 543		4 543
Outros						
Aluguer de salas	20 618		20 618	10 224		10 224
Aluguer de equipamento	1 133		1 133			
Seguro de doença	31 530		31 530	28 096		28 096
Seguro responsabilidade civil	34 971		34 971	-		-
Consultores externos	6 691		6 691	-		-
Quotizações	-		-	28 000		28 000
Brochuras - Formação eventual	-		-	11 760		11 760
Publicidade - Protocolo «Diário Económico»	-		-	81 000		81 000
Outros - seguros	7 072		7 072	7 488		7 488
Total	245 458		245 458	278 147		278 147
Passivos						
Rendimentos a reconhecer						
Jóias, quotização, inscrições	723 590		723 590	582 802		582 802
Formação, rendas						
Total	723 590		723 590	582 802		582 802

16.3 - Fundo social

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de fundo social apresentava a seguinte decomposição:









	12/31/2010	12/31/2009
Fundo social	11 178 572	10 968 449
Reservas fundo social	207 962	229 409
Resultados transitados	-127 965	-22 207
Resultado líquido do período	523 338	124 955
Total	11 781 907	11 300 606

De salientar que, durante o exercício de 2010, 27 membros beneficiaram do fundo social, no total de 42 037 euros.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2011

TOC n.º 7 605

Conselho Directivo

Bastonário	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	
							
Ana Teresa Pina	A. Domingues de Azevedo	Armando Pereira Marques	Jaime Soares dos Santos	Filomena M. Felgueiras A. L. Moreira	Manuel Vieira de Sousa	Ezequiel Fernandes	Rita Cordeiro

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se mencionou no início do presente relatório, as contingências a que os documentos previsionais estão sujeitos, configuram uma exigência de permanente acompanhamento e actualização, não só de oportunidades, mas também de utilidade das acções inicialmente previstas.

O ano de 2010, não só pelo espectro da crise, mas também pelos desafios colocados à profissão, acrescentou alguma singularidade comparativamente a períodos anteriores.

Desde logo pelos efeitos financeiros provocados pela formação gratuita, não só em 2010, mas também pela repercussão dos verificados em 2009, foi um ano que nos obrigou a opções diferenciadas.

Por outro lado, a diminuição dos participantes na formação, nomeadamente no ensino à distância, originou uma menor rentabilidade daquele tipo de formação, dado que os custos inerentes têm natureza fixa, o que, de algum modo, condicionou a realização de alguns eventos.

Parte deles não se realizaram por aquele facto, outros porque o evoluir das situações inicialmente concebidas e justificativas da sua realização, sofreram profundas e irreversíveis alterações.

O desafio do SNC e a necessária envolvência da Ordem, no sentido de garantir aos profissionais acompanhamento e apoio a uma melhor compreensibilidade da nova estrutura contabilística, foi uma opção que a OTOC tomou em consciência do seu papel em todo este processo e da necessidade de aproximação à realidade factual das dificuldades dos Técnicos Oficiais de Contas.

Por outro lado, a necessidade de preparação de toda uma estrutura funcional para dar cumprimento às novas realidades emergentes da aplicação do

novo Estatuto da Ordem, constitui também um importante factor de exigência de actuação e para uma nova dimensão para a qual não estávamos suficientemente sensibilizados.

Apesar disso, em termos gerais, é nossa convicção que a Ordem cumpriu com a sua missão de, não descurando o seu primordial papel regulador, procurar encontrar as soluções mais adequadas para as necessidades dos profissionais.

Pelas razões já apontadas, os fluxos financeiros, no decurso de 2010, diminuíram de forma significativa, não só pelo facto de haver despesas de 2009 cujo efeito financeiro se repercutiu posteriormente, mas também pelo facto de se ter verificado uma diminuição nos rendimentos e gastos com algum significado. Apesar disso, o nível de execução entre os valores previsionados no orçamento e os efectivamente executados, apresentam uma variação negativa nos rendimentos de 9 por cento e nos gastos de 8 por cento. A influenciar os números obtidos deve tomar-se em consideração algumas despesas excepcionais que se verificaram em 2010, nomeadamente as inerentes ao acto eleitoral, à publicidade relativa àquele acto e, naturalmente, as que se relacionam com a formação do SNC, quer a realizada no mês de Janeiro quer as «Noites SNC».

É, pois, nossa convicção que estamos perante uma variação de natureza accidental e não estrutural, tudo indiciando que no ano de 2011 regressemos aos níveis de execução na ordem dos 97 ou 98 por cento, a exemplo de anos anteriores.

Independentemente dos números, mas sem os desconsiderar, dado serem a linguagem universal da variação patrimonial, queremos deixar expresso que mobilizamos todas as nossas forças, saber,

arte e engenho, procurando, seguindo a dinâmica de anos anteriores, encontrar as melhores soluções para a construção e consolidação de uma profissão mais forte e mais promissora.




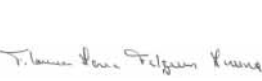



É nessa expectativa que o Conselho Directivo da Ordem, apresenta à Assembleia Geral a seguinte:

Proposta

1. Que seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2010;
2. Que seja efectuada a seguinte aplicação dos resultados:
 - 2.1. A importância de 42 037,75 euros para o fundo de solidariedade social;
 - 2.2. A importância de 127 965,22 euros para a conta de «Resultados transitados»;
 - 2.3. A importância de 353 335,02 euros para o fundo social.
3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores internos e externos da Ordem, sem os quais a gestão relatada não seria possível, bem como a todas as entidades que, de qualquer forma, se relacionaram com a nossa Instituição no exercício objecto de relato.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2011

O Conselho Directivo

Bastonário	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
						
A. Domingues de Azevedo	Armando Pereira Marques	Jaime Soares dos Santos	Filomena M. Felgueiras A. L. Moreira	Manuel Vieira de Sousa	Ezequiel Fernandes	Rita Cordeiro

Parecer do Conselho Superior sobre o relatório e contas do Conselho Directivo de 2010

O Conselho Superior da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas reuniu, em plenário, no dia 2 de Março de 2011, a fim de se pronunciar, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º C do EOTOC, sobre o Relatório e Contas da Ordem relativos ao exercício de 2010, apresentados, pelo Conselho Directivo, à Assembleia Geral, para discussão e aprovação nos termos estatutários.

O Conselho Superior fez uma ampla e aprofundada avaliação do conteúdo dos referidos documentos e após uma troca de informações entre os seus membros e, em especial, com o Bastonário, observou o seguinte:

1 - Não se verificam desvios significativos entre os objectivos programáticos da Instituição, tal como foram aprovados pela Assembleia Geral da Ordem, e a sua concretização durante o ano de 2010;

2 - Apesar da existência de um clima global de incerteza económica e financeira no país, as contas da OTOC encontram-se estabilizadas e dentro dos parâmetros de segurança aprovados pela Assembleia Geral, quando deu, em momento oportuno e por larga maioria, o seu assentimento aos objectivos orçamentais para o exercício transacto;

3 - Durante o ano de 2010, sobre o qual incide a nossa avaliação proseguiu e foi consolidado o objectivo prioritário de contribuir, através de todos os meios disponíveis, para a reconversão dos profissionais em verdadeiros criadores de valor; para tal contribuíram, decisivamente os planos de formação

elaborados e concretizados pela Ordem, numa base de qualificação disciplinar e diversificação de conhecimentos que foram amplamente aproveitados pelos profissionais do sector;

4 - A actividade da Ordem desenvolveu-se através de múltiplos contactos e outras actividades que contribuíram igualmente para esse objectivo, mas sobretudo, permitiram estabelecer um diálogo permanente com todos os profissionais, do qual resultaram ganhos quer para a Instituição quer para os seus membros;

5 - Proseguiu a política de comunicação da Ordem com o objectivo de lhe dar visibilidade e presença junto dos principais agentes económicos, educacionais e políticos do país contribuindo-se, desta forma, para o respeito e consideração crescentes que a Instituição merece.

Nestes termos e com estas avaliações, o Conselho Superior da OTOC:

1 - Congratula os órgãos da OTOC e em especial o Bastonário, pelo elevado grau e qualidade das realizações concretizadas, ao serviço da Ordem, durante o exercício de 2010;

2 - Delibera, por unanimidade, emitir um parecer nos termos estatutários, no sentido que o Relatório de Actividades e as Contas do exercício de 2010 demonstram total conformidade entre os objectivos iniciais aprovados e a concretização das acções, pelo que os documentos devem ser aprovados pela Assembleia Geral.

Relatório anual da actividade fiscalizadora de 2010

1. INTRODUÇÃO

Nos termos da alínea d) do art.º 37.º do Estatuto da OTOC (EOTOC), o Conselho Fiscal (CF) deve elaborar, sempre que o julgue conveniente, relatórios da sua actividade fiscalizadora, sendo obrigatoriamente elaborado um, anualmente, que será apresentado à Assembleia Geral de aprovação de contas, pelo que este relatório visa, precisamente, dar cumprimento a esta última parte.

Considerando que o EOTOC não define o conteúdo deste relatório, o CF entendeu que se justificaria manter, de uma forma geral, o formato dos relatórios dos CF anteriores, pelo que se procede a uma exposição analítica da actividade fiscalizadora desenvolvida.

2. ÂMBITO

No âmbito das alíneas a), b) e c) do art.º 37 do EOTOC, fiscalizámos o cumprimento do plano de actividades e orçamento, a actividade administrativa do Conselho Directivo (CD) e examinámos os documentos e os registos contabilísticos.

Em consequência do exame efectuado emitimos o parecer sobre o relatório e contas do CD, nos termos da mencionada alínea c) do art.º 37.º do EOTOC, com data de 2 de Março de 2011, cujo conteúdo deve ser tido como integralmente reproduzido.

3. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

3.1 Organização Interna do CF

A organização interna do CF obedece a um Regulamento de Funcionamento aprovado no mandato de 2002-2004, tendo o actual CF deliberado mantê-lo.

A palavra «fiscalizar» significa «verificar o bom cumprimento de normas, leis ou quaisquer regras ou disposições» ou «observar atentamente o cumprimento dos deveres, obrigações de alguém» (*in* Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa e da Fundação Calouste Gulbenkian, Ed. Verbo, Lisboa, 2001, pg. 1759).

Neste contexto, o CF tem desenvolvido a sua acção

fiscalizadora numa dupla perspectiva:

A posteriori ou reactiva – Em função da realização efectiva das actividades, em que o CF apresenta sugestões/recomendações e relatórios/memorandos visando a evidenciação dos resultados e a melhoria do desempenho dessas actividades no futuro, especialmente nas que são recorrentes (*v.g.* acções de formação).

Apriorística ou proactiva – Sempre que o CF apresenta sugestões/recomendações antes da realização das actividades constantes expressamente do Plano de Actividades;

Para a prossecução dessas competências estatutárias, o CF desenvolveu, entre outros, os seguintes procedimentos:

3.2 Competências do CF

Na sequência de algumas dúvidas sobre a actividade fiscalizadora, o CF do mandato de 2002/2004 elaborou um relatório intitulado «Documento para debate», enviado a todos os Órgãos da Ordem, no qual clarificou as suas competências no âmbito do art.º 37.º do EOTOC e suscitou a sua opinião, visando diminuir o *expectation gap* da acção fiscalizadora.

O CF procedeu à reanálise dos pontos essenciais do documento, tendo o mesmo sido ratificado, considerando a sua importância como documento estruturante da actividade do CF. O documento foi enviado aos membros dos restantes Órgãos para contributos, que não foram recebidos.

Além disso, o CF sugeriu ao CD a alteração do EOTOC no sentido de o mesmo contemplar mais duas competências do CF (elaborar parecer sobre o plano de actividades e orçamento; fiscalizar o cumprimento da lei, estatutos e regulamentos, assim como as deliberações das Assembleias Gerais), visando eliminar, definitivamente, tais dúvidas, o que não veio a ocorrer com a alteração do EOTOC pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de Outubro.

O CF entende que tais competências, e mais especificamente a segunda, estão em sintonia com os estatu-

tos de grande parte das associações e ordens profissionais, pelo que mantém essa sugestão para ulterior alteração estatutária.

3.3 Reuniões

Em 2010 o CF realizou 12 reuniões (dez em 2009).

3.4 Plano de Actividades e Orçamento para 2011

Face ao preceituado na alínea a) do art.º 37.º do EOTOC, o CF deve fiscalizar o cumprimento do plano de actividades e orçamento (PAO) da OTOC.

O art.º 37.º do EOTOC não estabelece que o CF deve emitir parecer sobre aqueles documentos (é uma das referidas sugestões do CF de alteração do EOTOC), mas, apenas, fiscalizar o seu cumprimento, ou seja, deve pronunciar-se sobre a execução e não sobre, objectivamente, o PAO.

No entanto, a exemplo de anos anteriores em Assembleia Geral realizada em 18 de Dezembro de 2010, o presidente da Mesa da Assembleia Geral solicitou a intervenção do presidente do CF no sentido da emissão de um parecer informal sobre o PAO/2011, tendo o mesmo sido favorável.

3.5 Acompanhamento das actividades dos outros Órgãos da Ordem

No entendimento do CF, a fiscalização do PAO pressupõe que o CF deve supervisionar a actividade de todos os Órgãos da OTOC, pelo que a actuação do CF teve em conta esse quesito.

Um dos procedimentos do CF para fiscalização da actividade dos Órgãos da OTOC foi o de analisar as respectivas actas das reuniões, tendo sido verificadas as da Assembleia Geral, do CD e do Conselho Superior, sobre as quais, sempre que foi julgado conveniente, o CF solicitou os respectivos esclarecimentos. O actual Conselho Disciplinar, de acordo com documento enviado ao CF anterior, mantém a decisão de não disponibilizar as actas das respectivas reuniões, por considerar que as características da sua actividade assumem um carácter sigiloso.

3.6 Acompanhamento das actividades dos departamentos internos, comissões técnicas e grupos de trabalhos

Considerando que os Departamentos internos, co-

missões técnicas e grupos de trabalho constituem, essencialmente, estruturas organizacionais de extensão e de apoio à actividade administrativa do CD e do Bastonário, o CF entende que a sua acção fiscalizadora deve, igualmente, incidir sobre as respectivas actividades, face ao estatuído na parte final da alínea c) do art.º 37.º do EOTOC, relativamente à referência «fiscalizar a sua actividade administrativa».

Neste contexto, o CF solicitou ao CD os relatórios das actividades das comissões técnicas, os quais reproduzem o trabalho desenvolvido durante o ano.

3.7 Notas de recomendações

O CF apresentou algumas notas de recomendações aos órgãos da Ordem, e, em especial, ao CD.

3.8 Outros procedimentos

Foram desenvolvidos também os seguintes procedimentos complementares de fiscalização:

Reuniões e/ou entrevistas com os responsáveis pela área contabilística e financeira e outros colaboradores da OTOC;

Verificação da conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no fundo social, bem como os correspondentes anexos, com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, mais concretamente as 28 normas contabilísticas e de relato financeiro que correspondem o denominado «1.º nível» do SNC, aprovadas pelo Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro;

Verificação da conformidade daquelas demonstrações financeiras com os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;

Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas da Ordem, bem como da sua divulgação no anexo, designadamente no que concerne a depreciações e amortizações, perdas de imparidade de dívidas a receber, acréscimos e diferimentos activos e passivos e outras políticas contabilísticas consideradas relevantes;

Análise do sistema de controlo interno contabilístico e administrativo existente na Ordem;

Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efectuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:

- Inspeção física dos principais elementos do imobilizado corpóreo, confirmação directa da titularidade de bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens;
- Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pelos serviços de contabilidade da Ordem;
- Análise das situações justificativas das perdas por imparidade em activos e de provisões para responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social;
- Análise e teste dos vários elementos de gastos e rendimentos registados no período, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
- Sugestões de assentos contabilísticos em factos patrimoniais materialmente relevantes. As demonstrações financeiras traduzem tais operações.

Análise dos relatórios elaborados pelos auditores externos, os quais serviram de base para verificações complementares do CF.

3.9 Destaque a algumas actividades e assuntos

O CF destaca as seguintes actividades e assuntos, alguns dos quais são recorrentes:

3.9.1 Seguro de responsabilidade civil

O n.º 4 do art.º 52.º do EOTOC estabelece que os TOC com inscrição em vigor devem subscrever, por si ou através da Ordem, um contrato de seguro de responsabilidade civil e profissional de valor nunca inferior a 50 mil euros.

Como é referido no relatório de actividades, o CD deliberou manter o pagamento do seguro.

3.9.2 Auditoria externa

Considerando que os Órgãos da OTOC são eleitos em lista apresentada a sufrágio, incluindo, portanto, o CF, opinamos que se justifica a manutenção da auditoria

externa por uma entidade independente, pelo que concordamos com a deliberação do CD na permanência desses serviços, os quais têm sido adjudicados, desde a constituição da OTOC, à sociedade Oliveira, Reis & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, inscrita na Ordem dos ROC com o n.º 23, com sede em Lisboa.

O CF mantém o entendimento de que se justifica uma rotatividade desses serviços. No entanto, o CD manteve a decisão de seleccionar a mesma SROC, argumentando que esta tem cumprido as suas responsabilidades, o que o CF considera não constituir um argumento suficiente.

Além do relatório de auditoria, elaborado nos termos do art.º 44.º do Estatuto da Ordem dos ROC (EOROC), reportado a 31 de Dezembro de 2010, os auditores externos elaboraram um relatório anual reportado à mesma data e um relatório de auditoria intercalar datado de 10 de Dezembro de 2010, estes dois a título facultativo, pois não são exigidos pelo EOROC, desenvolvendo os testes de conformidade sobre o controlo interno e apresentando sugestões ao CD para a sua melhoria, os quais têm servido de orientação para o CF efectuar algumas recomendações ao CD.

3.9.3 Canal de televisão Web-TV

Esta actividade está prevista desde o PAO/2009. Como é referido no Relatório de Actividades ainda não foi implementada, prevendo-se que ocorra em 2011, conforme PAO/2011.

3.9.4 Sítio na Internet

A reformulação do sítio da Internet está prevista desde 2007, conforme notícia na Revista «TOC» n.º 84, de Março de 2007, pp. 14-16.

De acordo com o relatório de actividades, o CD prevê a sua entrada em funcionamento entre os meses de Março e Abril de 2011.

3.9.5 «Casa do TOC» e Centro de Formação

O CD justifica no relatório de actividades as razões de não dotação de 500 mil euros para o projecto da «Casa do TOC» e do Centro de Formação.

A Comissão Eventual, constituída pelo Bastonário, pelo presidente do CF e pelo membro do Conselho Su-

perior, dr. Avelino Antão, desenvolveu algum trabalho, sendo que o investimento encontra-se suspenso por razões conjunturais.

O relatório de actividades nada refere sobre o assunto.

3.9.6 Inquéritos aos TOC

O PAO/2010 previa a realização de inquéritos aos TOC, visando auscultar as suas necessidades de formação profissional, o que não se concretizou.

O relatório de actividades nada refere sobre o assunto.

3.9.7 Conferência internacional com a EFAA

O PAO/2010 previa a realização da conferência supra que não se realizou, tendo transitado para o PAO/2011.

3.9.8 Dia de reflexão sobre o estado do ensino superior da Contabilidade

O PAO/2010 previa a realização desta actividade que também não se concretizou, tendo, também, transitado para o PAO/2011.

4. RELATÓRIO E CONTAS

4.1 Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 contemplam os assentos contabilísticos apresentados pelo CD, salientando-se, porém, os seguintes factos:

Perante a inexistência de um normativo contabilístico aplicável às ordens profissionais, a Ordem tem utilizado o POC aplicável às empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro, efectuando as adaptações julgadas oportunas, de acordo com a natureza jurídica da OTOC e as respectivas necessidades de relato financeiro. Com a entrada em vigor, em 1 de Janeiro de 2010, do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, que revogou aquele normativo contabilístico, a OTOC passou a utilizar o denominado primeiro nível do SNC, constituído por 28 normas contabilísticas e de relato financeiro, aprovadas pelo Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro;

As políticas contabilísticas estão devidamente divulgadas no anexo, salientando-se as resultantes da aplicação das características qualitativas do regime de acréscimo e da prudência (v.g. perdas por impari-

dade em dívidas a receber), o que evidencia uma preocupação de rigor técnico-contabilístico em prol da imagem verdadeira e apropriada da Ordem;

Desde o início da actividade da OTOC que os resultados líquidos dos exercícios têm registado valores positivos. O resultado líquido do exercício de 2010 positivo em 523 338 euros aumentou em relação ao exercício anterior (252 920 euros);

As dívidas de quotizações dos membros em 31/12/2010 aumentaram para 3 773 508 euros (em 2009 eram de 2 860 077 euros), das quais se encontram em imparidade o montante acumulado de 1 041 925 euros;

De acordo com a demonstração dos fluxos de caixa, registou-se uma variação negativa de 915 990 euros, justificada pelas variações negativas dos fluxos das actividades operacionais e de financiamento de 263 863 euros e 714 972 euros, respectivamente;

Insiste-se na conveniência da apresentação de demonstrações complementares sobre os custos (v.g. pessoal, fornecedores e serviços de externos) de actividades, departamentos, comissões técnicas e órgãos da OTOC.

4.2 Relatório de actividades




O CF procedeu à análise do relatório de actividades do CD de 2010, o qual descreve as actividades do CD e dos restantes Órgãos da OTOC, bem como dos departamentos e comissões técnicas, excepto as do CF as quais estão traduzidas neste relatório.

5. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Como é referido no relatório e contas, o CF sublinha que houve uma boa execução orçamental a nível dos gastos e dos rendimentos.

Lisboa, 2 de Março de 2011

O Conselho Fiscal

Presidente	Vogal	Vogal
		
Joaquim Fernando da Cunha Guimarães	António Joaquim Fernandes Cerqueira	Tomás Pires Vieira dos Santos

Parecer do Conselho Fiscal sobre o relatório e contas do Conselho Directivo de 2010

INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto na alínea c) do art.º 37.º do Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (EOTOC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de Outubro, examinámos o Relatório e Contas do Conselho Directivo de 2010, compreendendo estas últimas as demonstrações financeiras anexas da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), as quais incluem o balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 21 324 707 euros e um total do fundo social de 11 781 907 euros, incluindo um resultado líquido do período de 523 338 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração de fluxos de caixa e a demonstração das alterações no fundo social, bem como os correspondentes anexos.

Responsabilidades

Nos termos da alínea c) do art.º 35.º do EOTOC, é da competência do Conselho Directivo da OTOC a apresentação do relatório e contas e respectivas demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Ordem, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

Considerando que o Conselho Directivo deliberou manter a auditoria às contas, de base contratual, realizada por Oliveira, Reis & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, inscrita na Ordem dos ROC sob o n.º 23, com sede em Lisboa, entendemos que o trabalho desenvolvido por essa sociedade incorre nas responsabilidades inerentes ao respectivo relatório de auditoria face ao disposto no art.º 45.º do Decreto-Lei n.º 489/99, de 16 de Novembro (Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas), com a redacção do Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro.

A nossa responsabilidade encontra-se consagrada na citada alínea c) do art.º 37.º do EOTOC e consiste na

emissão de parecer sobre o relatório e contas do Conselho Directivo e, de um modo geral, na fiscalização da sua actividade administrativa.

Âmbito

Não definindo o EOTOC o conteúdo do parecer nem as normas subjacentes, a fiscalização a que procedemos foi efectuada de acordo com as normas gerais de auditoria aplicáveis, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

O relatório anual da actividade fiscalizadora, elaborado por este Conselho Fiscal no âmbito da alínea d) do art.º 37.º do EOTOC, relata, com o pormenor que julgamos adequado às circunstâncias, o trabalho e o âmbito da nossa actividade fiscalizadora.

Foi verificada a concordância da informação financeira constante do relatório do Conselho Directivo com as demonstrações financeiras.

Entendemos que a fiscalização efectuada proporciona uma base aceitável para expressão do nosso parecer sobre o relatório e contas do Conselho Directivo de 2010.

PARECER

Somos de parecer que o Relatório e Contas do Conselho Directivo de 2010 e as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da OTOC em 31 de Dezembro de 2010 e o resultado das suas operações no período findo naquela data.

Lisboa, 2 de Março de 2011

O Conselho Fiscal

Presidente



Joaquim Fernando da
Cunha Guimarães

Vogal



António Joaquim
Fernandes Cerqueira

Vogal



Tomás Pires
Vieira dos Santos



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
JOSÉ BARATA FERNANDES
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS (OTOC), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 21 324 707 euros e um total de fundo social de 11 781 907 euros, incluindo um resultado líquido de 523 338 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações do fundo social e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho Directivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da OTOC e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

- A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho

Directivo, utilizadas na sua preparação;

- A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório do Conselho Directivo com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS (OTOC), em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante no relatório do Conselho Directivo é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 1 de Março de 2011

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

José Vieira dos Reis, ROC n.º 359







